



Número: **0863508-74.2018.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **5ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **07/11/2018**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FABIO FERNANDES DA SILVA (AUTOR)		DIBS COUTINHO RODRIGUES (ADVOGADO) THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
17635002	07/11/2018 12:01	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
17635226	07/11/2018 12:01	<a href="#">01 PETIÇÃO DE REVISÃO DE DPVAT</a>	Documento de Comprovação
17635232	07/11/2018 12:01	<a href="#">02 PROCURAÇÃO E DOC.PESSOAL OK</a>	Documento de Comprovação
17635241	07/11/2018 12:01	<a href="#">03 COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA</a>	Documento de Comprovação
17635255	07/11/2018 12:01	<a href="#">04 B.O, LAUDO, ETC.</a>	Documento de Comprovação
17635259	07/11/2018 12:01	<a href="#">05 Negativa 13393617</a>	Documento de Comprovação
17635269	07/11/2018 12:01	<a href="#">06 Negativa site</a>	Documento de Comprovação
17713368	21/11/2018 14:40	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
21491568	27/05/2019 16:19	<a href="#">Carta</a>	Carta
22250218	26/06/2019 16:11	<a href="#">Contestação</a>	Contestação
22250220	26/06/2019 16:11	<a href="#">KIT_SEGURADORA_LIDER-otimizado_2</a>	Procuração
22250223	26/06/2019 16:11	<a href="#">KIT_SEGURADORA_LIDER-otimizado_1</a>	Procuração
22250224	26/06/2019 16:11	<a href="#">CONTESTACAO E SUBS</a>	Outros Documentos
22386621	02/07/2019 14:00	<a href="#">Citação</a>	Citação
22386624	02/07/2019 14:00	<a href="#">AR Seguradora Líder</a>	Aviso de Recebimento
22386645	02/07/2019 14:03	<a href="#">Mandado</a>	Mandado
22648981	11/07/2019 16:49	<a href="#">Petição</a>	Petição
22648989	11/07/2019 16:49	<a href="#">PROCESSO ADM</a>	Documento de Comprovação
22648991	11/07/2019 16:49	<a href="#">MANIFESTACAO SOBRE DOCS</a>	Outros Documentos

26846 681	06/12/2019 11:08	<a href="#">HABILITAÇÃO</a>	Petição de habilitação nos autos
26846 688	06/12/2019 11:08	<a href="#">PROCURAÇÃO_ATOS_SUBS_2016</a>	Procuração
26846 689	06/12/2019 11:08	<a href="#">SUBSTABELECIMENTO- SUELIO</a>	Substabelecimento
30450 966	18/05/2020 10:28	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
31042 966	27/05/2020 15:19	<a href="#">Petição</a>	Petição
31042 970	27/05/2020 15:19	<a href="#">2613192_PETICAO_DE_QUESITOS_01</a>	Outros Documentos
31310 633	05/06/2020 11:20	<a href="#">Petição</a>	Petição
31310 635	05/06/2020 11:20	<a href="#">2613192_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_Anexo_03</a>	Outros Documentos
31310 636	05/06/2020 11:20	<a href="#">2613192_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_Anexo_02</a>	Outros Documentos
31310 637	05/06/2020 11:20	<a href="#">2613192_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_03</a>	Outros Documentos
31695 463	19/06/2020 00:08	<a href="#">Mandado</a>	Mandado
35067 747	03/10/2020 09:49	<a href="#">DR FELIPE SENNA</a>	Diligência
44531 196	15/06/2021 11:34	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
44532 226	15/06/2021 11:42	<a href="#">Mandado</a>	Mandado
45086 743	29/06/2021 13:43	<a href="#">Diligência</a>	Diligência
45088 908	29/06/2021 13:43	<a href="#">FABIO FERNANDES DA SILVA 0863508-74.2018.815.2001</a>	Devolução de Mandado
47232 600	17/08/2021 14:14	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
47619 936	25/08/2021 10:06	<a href="#">Petição</a>	Petição

EM ANEXO



---

# Menezes & Associados Rodrigues

---

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA  
\_\_\_\_ª VARA CÍVEL DA CAPITAL – PB.

**REQUERIMENTO PRELIMINAR:**

- a) **RITO ORDINÁRIO**, uma vez ser imprescindível, nesta ação, o encaminhamento da Parte Autora, ao IML ou perito indicado pelo juízo pelo convenio do TJPB com a seguradora líder, para exame pericial.

**FÁBIO FERNANDES DA SILVA**, brasileiro, solteiro, aposentado, inscrito no CPF 238.117.304-87 e RG 729.126 SSP/PB residente na Rua Das Honorato Silva, nº 200, Alto do Mateus, CEP 58090-221, nesta Capital – PB, por intermédio de seus advogados e procuradores, adiante assinados, com escritório profissional na Rua Ana Gama e Melo, s/n, Mangabeira I, nesta Capital – PB, com instrumento procuratório em anexo, onde recebem as intimações e notificações de estilo que o caso requer, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, com supedâneo nas leis 6.194/74 e 8.441/92 ajuizar a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)**

em face da SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, sediada na Rua Senador Dantas, nº 74 5º e 6º andar, Centro CEP 20031205 Rio de Janeiro - RJ o que faz de conformidade com os argumentos fáticos e jurídicos doravante elencados:

**I. DA JUSTIÇA GRATUITA**

Requer que seja deferido o benefício da Justiça Gratuita, por não possuir, o requerente, condições de arcar com ônus das custas processuais e honorários advocatícios, sem comprometimento do seu sustento, com base na Lei 1.060/50 (nova redação pela lei 7.510/86).

**Não tendo condições de dispor de qualquer importância, para recolher custas, despesas processuais e honorários advocatícios e demais emolumentos.**





## II. DO FATO

O autor foi vítima de acidente automobilístico ocorrido no dia 06 de abril de 2018, por volta das 08:00h, quando conduzia a motocicleta de marca Honda CG/160 de Placa QEP 0666/PB, pela Via Oeste – nas mediações da Pousada Bandeirantes, no Alto do Mateus, nesta Capital, quando um automóvel de marca Renault tentou fazer uma ultrapassagem e não verificou que o autor estava na outra faixa e veio a colidir com ele, vindo a cair no chão.

O autor fora conduzido para o Complexo Hospitalar de Mangabeira, vindo por ocasião do acidente a sofrer fratura em membro inferior esquerdo, fraturando p 2º, 3º e 4º metatarso esquerdo, conforme certidão médica, Boletim de Ocorrência e demais documentos que instruem a presente exordial.

A partir de então, o promovente procurou munir-se da documentação necessária para fazer valer seus direitos, no caso Seguro Obrigatório DPVAT.

**INGRESSOU COM PEDIDO ADMINISTRATIVO, PORÉM, FORA INDEFERIDO POR COMPLETO, CONFORME CONSTA A NEGATIVA DA INDENIZAÇÃO DA SEGURADORA EM ANEXO EMBORA ESTEJA PATENTE A LESÃO CONFORME LAUDO DO ORTOTRAUMA.**

Com efeito, assegura a Lei n. 6.194/74, alterada pela Lei n. 11.482/2007, o recebimento de indenização por danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres, ou por sua carga, a pessoa transportada ou não, notadamente nos casos de morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Pois bem. O seguro de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres (DPVAT) tem a finalidade de socorrer as vítimas de acidentes de trânsito em todo território nacional, não importando de quem seja a culpa, haja vista sua natureza social.

Destarte, é direito da parte autora perceber uma indenização por danos pessoais, ante ao danos causados a sua saúde decorrente do acidente de trânsito supra-referido.

Estes, em suma, são os fatos havidos.

## III. DAS PRELIMINARES

É praxe das Seguradoras, em Contestação, aguir preliminares sobre as quais aqui se antecipa a devida manifestação:

*a) **Illegitimidade passiva:** Todas as seguradoras, inclusive a Demandada, formam um consócio (NÃO EXTINTO), instituído pelo Art. 7º da Lei 6.194/74, ao qual se vinculam e em que se obrigam, todas, a efetuarem o pagamento do DPVAT. Tal entendimento se confirma com Decisões do TJRN nas Apelações Cíveis nº 2010.001747-7 e 2010.001758-7 que tem a Demandada como Apelada: “Inocorrência. Consórcio de seguradoras. Parte legítima. Nulidade da sentença. retorno dos autos à primeira instância. Recurso conhecido e provido.” e*



---

# Menezes & Associados Rodrigues

---

“... reformando a sentença atacada, para afastar a ilegitimidade passiva da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.A.”

b) **Carência de ação – Falta de interesse de agir:** A parte Autora não está obrigado a, primeiro, buscar Prévio Procedimento Administrativo uma vez que o texto constitucional em seu Art. 5º, XXXV não impõe nenhum condicionamento, muito menos esse, para que seja excluída, da apreciação do Poder Judiciário, lesão ou ameaça a direito seu. No mesmo sentido, em Ementa na Apelação 2009.006430-0 (Apelada: a mesma Demandada), assim decidiu o TJRN: “O fato do demandante não ter formulado pleito administrativo prévio para recebimento da indenização securitária, não obstaculiza o ingresso em juízo...”. Conquanto a presente exposição, ainda há magistrados que intimam a Parte Autora para provar **pretensão resistida**, o que, neste item, data vênua, bem esclarecido se apresenta (CF e Ementas) a desnecessidade de tal prova, vez que foi demonstrado, acima, que não é exigido a busca do prévio processo administrativo para, depois, buscar a Prestação jurisdicional do Estado. Ainda: nesta ação, conforme o capítulo III abaixo, a ré foi buscada e não atendeu *in toto* o direito preconizado. Ademais, houve procedimento administrativo, conforme abaixo explicitado, nos itens “3” e “4”.

c) **Documentos Indispensáveis:** Toda a documentação exigida pela Lei 6.194/74 foi carreada com a Exordial, aos autos, com exceção do Laudo Médico Pericial, sendo que, com o deferimento do pedido na Inicial para encaminhamento à Perícia Médica, suprir-se-á tal lacuna. Há que se atentar que, quando do recebimento administrativo, é realizado exame por profissional designado pela própria Demandada (sem isenção quanto ao Profissional do juízo), entretanto, o conteúdo do resultado nunca chega às mãos da Parte Autora e nem é carreada aos autos pela Demandada, quando citada. Em decisão do TJRN na Ap. Cível Nº 20.01611-6 assim se pronuncia: “1- A produção do laudo pericial poderá ser realizada até a fase instrutória”.

d) **Prescrição:** O prazo prescricional começa sua contagem a partir do resultado positivo do Exame Pericial. Assim corrobora a Súmula 278 do STJ: “o termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laboral”. No presente caso o prazo foi interrompido no início do mês de novembro, data em que a Demandada efetuou o pagamento a menor, conforme itens 3/4 abaixo.

Assim, requer que sejam, as preliminares suscitadas na Contestação, **consideradas impugnadas** na forma acima exposta, sem a necessidade de nova manifestação, com exceção de outras aqui não elencadas, com a **rejeição** de todas.

### III- DO PRÉVIO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

É comum a Demandada alegar falta de interesse de agir. Entretanto, **a parte autora buscou na via administrativa** a satisfação do seu direito nos termos da legislação que regula o Seguro DPVAT, mas teve o seu direito preterido em face da negativa TOTAL, embora esteja claro sua sequela, sendo que o correto valor determinado pela Lei 6.194/74 (com as alterações introduzidas pela Lei 11.482/07) é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) para invalidez permanente, que se entende ser o caso da Parte Demandante.



Há que se ressaltar que, na época própria, toda a documentação exigida pela Lei foi apresentada à Seguradora que não fez o referido pagamento. Logo, não cabe à Demandada, a esta altura, achar de exigir apresentação de quaisquer outras documentações para provar o sinistro, nexos causal e direito da Parte Autoral, já que tais provas foram cristalinamente consubstanciadas com tal documentação já em poder do Consórcio a que a Demandada está vinculada.

#### IV- DO DANO MATERIAL:

Determina o Código Civil nos artigos 876 e 884 do Código Civil, *ipsis litteris*:

“Art. 876. Todo aquele que recebeu o que lhe não era devido fica obrigado a restituir; obrigação que incumbe àquele que recebe dívida condicional antes de cumprida a condição”.

Art. 884. “Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários”.

#### V- DO DIREITO

Quanto ao Direito à percepção do seguro, a Lei n. 6.194/74, art. 5º, preceitua que:

*“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”.*

Tem sido comum a alguns órgãos regionais do IML se negar a proceder o exigido exame médico, mesmo quando a vítima é encaminhada pelo Juiz, o que pode ser passivo de intervenção no Estado por descumprimento da Lei Federal, a de nº 11.945/2009, que, em seu Art. 31 altera o § 5º do Art. 5º da Lei 6.194/74 o qual passa a textualizar:

*“§ 5º O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais.”*

#### V- DO PEDIDO:

*PELO EXPOSTO, com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c o art. 3º e 5º alínea “II” da Lei 6.194/74, requer a procedência da presente demanda em todos os seus pedidos, para condenar a parte requerida no pagamento da indenização em epígrafe, fundada no valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)** referente ao seguro DPVAT, face a debilidade permanente sofrida pela Parte Autora (na forma exposta no retro § “I”) adquirida através de sinistro de acidente de trânsito, requerendo, ainda, o seguinte:*

- a. *Ab initio*, deferimento da(s) preliminar(es) prefacial(is) (1ª pág. da presente);



- b. Citação da Promovida através do sistema de processo eletrônico preferencialmente de acordo com o Art. 246, V, §1º, ou por AR (Correios - Art. 246, inciso I do NCPC) no endereço retro declinado, para, no prazo legal determinado, sob pena de revelia e confissão, apresentar proposta de acordo e/ou contestação;
- c. Que seja agendado perícia médica indicada pelo juízo processante, levando em consideração o convenio do TJPB com seguradora Lider. Para tanto, apresenta, ao final, seus quesitos, dispensando indicação de assistente técnico.
- d. Com contestação apresentada pela Demandada, Manifestação antecipada sobre preliminares (retro item “2”) e juntado o Laudo de Exame Médico advindo do deferimento do requerido na retro alínea “c” e, ainda, considerando que toda a documentação exigida pela Lei 6.194/74 está sendo anexada à Exordial, o processo há de ser considerado devidamente saneado (sem nenhuma outra prova a produzir) com a prolação de Sentença com base no Exame Pericial, razão por que a Parte Autora, **na forma do Art. 319, VII do NCPC de 2015, opta pela não realização de audiência de conciliação ou mediação**, visando maior fluidez e celeridade aos autos, o que não produzirá prejuízo à Demandada.
- e. Com base na Súmula 54 do STJ, que o valor da condenação seja acrescido de juros e correção monetária retroativos à data do sinistro;
- f. Seja, a demandada, condenada no pagamento de honorários advocatícios em 20% sobre o valor sentenciado, mais custas processuais e demais emolumentos.
- Dá, à presente, o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), para efeito fiscal.

Nestes Termos,  
Pede e Espera deferimento.

João Pessoa, 7 de novembro de 2018.

Thiago José Menezes Cardoso  
Advogado OAB/PB 19496

Dibs Coutinho Rodrigues  
Advogado OAB/PB 16.195



---

# Menezes & Rodrigues

---

## PROCURAÇÃO AD JUDICIA

### **OUTORGANTE:**

**FÁBIO FERNANDES DA SILVA**, brasileiro, solteiro, aposentado, inscrito no CPF 238.117.304-87 e RG 729.126 SSP/PB residente na Rua Das Honorato Silva, nº 200, Alto Matheus, CEP 58090-221, nesta Capital – PB.

**OUTORGADO:** **THIAGO JOSÉ MENEZES CARDOSO**, brasileiro, solteiro, Advogado, inscrito na OAB/PB 19.496, **DIBS COUTINHO RODRIGUES**, brasileiro, casado, advogado OAB/PB nº 16195, **Thais Emmanuelle Menezes Cardoso**, brasileira, divorciada, Acadêmica em Direito, inscrita no CPF 056.331.454-02 e ambos com endereço profissional na Rua Ana Gama e Melo, s/n, Mangabeira I, CEP 58055-510, FONE/FAX (83) 3566-0339, João Pessoa/PB, onde receberá as notificações e intimações de estilo.

### **PODERES:**

Poderes da cláusula “ad judicia et extra”, inerentes ao bom e fiel cumprimento deste mandato, bem como para o foro geral, conforme estabelecido no art. 105 do CPC, e os especiais para requerer assistência judiciária gratuita, transigir, fazer acordo, firmar compromisso, substabelecer, renunciar, desistir, reconhecer a procedência do pedido, receber intimações, receber e dar quitação, praticar todos os atos perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, e órgãos da administração pública direta e indireta, praticar quaisquer atos perante particulares ou empresas privadas, recorrer a quaisquer instâncias e tribunais.

Em remuneração aos serviços profissionais supracitados, pagarei aos advogados outorgados, ou a quem legalmente os substituir, quantia equivalente a 30% (trinta por cento) sobre o valor apurado na condenação, em favor dos advogados contratados (art. 22, Parágrafo 4º da Lei 8.906/94), ficando ainda, esclarecido ser devido independentemente da condenação em honorários de sucumbência, que pertence exclusivamente ao advogado.

João Pessoa, 07 de novembro de 2018.



**FÁBIO FERNANDES DA SILVA**  
**OUTORGANTE**

---

## ADVOCACIA E CONSULTORIA

Rua Ana Gama e melo, s/n, Mangabeira, João Pessoa-PB

Fone: (83) 3566-0339  
dibs.jp@gmail.com  
thiago.jurista@gmail.com





## **DECLARAÇÃO DE POBREZA**

**FÁBIO FERNANDES DA SILVA**, brasileiro, solteiro, aposentado, inscrito no CPF 238.117.304-87 e RG 729.126 SSP/PB residente na Rua Das Honorato Silva, nº 200, Alto Matheus, CEP 58090-221, nesta Capital – PB, **declara que é pobre nos termos da Lei nº 1.060/50**, não tendo condições de arcar com as custas processuais e demais emolumentos sem prejuízo da sua subsistência.

João Pessoa, 09 de novembro de 2018.



**FÁBIO FERNANDES DA SILVA**



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTERIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

NOME: **FABIO FERNANDES DA SILVA**

DOC IDENTIDADE: **729126** ORG EMISSOR UF: **SSP PB**

CPF: **238.117.304-87** DATA NASCIMENTO: **26/05/1961**

RELAÇÃO:  
ADARZO DEOLINDO DA SILVA  
MARIA DA PENHA FERNANDES DA SILVA

PERMISSÃO: **ACIC** **ALL**

Nº REGISTRO: **01812202304** VALOR: **09/05/2001** 1ª HABILITACAO: **31/05/2001**

OBSERVAÇÕES:  
A :  
EXERCE ATIV REMUNERADA.

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL: **JOAO PESSOA, PB** DATA EMISSAO: **29/11/2016**

ASSINATURA DO EMISSOR

66403040081  
PB033609209

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO

VALIDA EM TODOS OS TERRITORIOS NACIONAIS  
1405202518

PROVEDOR PLASTIFICAR  
1405202518

CUMPREV PREVIDENCIA S/A  
06 SET. 2018  
PROTOCOLO  
AG. JOAO PESSOA



FABIO FERNANDES DA SILVA  
RUA HORRATO SILVA, 200 - ALTO DO MATEUS  
JOAO PESSOA / PB CEP: 55090-221 (AG: 1)

Emissão: 17/08/2018 Referência: Ago / 2018

Classe/Subclasse: RESIDENCIAL / BAIKA RENDA MONOFASICO Br230, Km25 - Distrito Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680  
Roteiro: 9 - 1 - 182 - 320 Nº medidor: 00000817883

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
CNPJ 09.395.423/0001-40 Insc. Est. 16.015.523-0

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 011.120.528  
Cód. para Deb. Automático: 00010703213

Atendimento ao Cliente ENERGISA **0800 083 0196** Acesse: [www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF / CNPJ / RANI
Ago / 2018	17/08/2018	17/09/2018	238.117.304-87
			Insc. Est.

UC (Unidade Consumidora): **5/1070321-3**

Canal de contato

- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data	Data			
15/07/18	17/08/18	1	66	30
Leitura	Leitura			
7345	7411			

Demonstrativo							
Descrição		Quantidade	Tarifa	Valor Base Calc. Atual (R\$)	Base Calc. Fixa (R\$)	Cobrança (R\$)	
		Tributos Total (R\$)		ICMS (R\$)	ICMS	Por Consumo (R\$) (1,0845%) (4,9950%)	
0801	Consumo até 30 kWh-BR	30,000	0,245840	7,37	7,37	25	1,84
0801	Consumo - 31 a 100 kWh-BR	36,100	0,421810	15,17	15,17	25	3,73
0801	Adic. B. Vermelho			2,32	2,32	25	0,58
0801	Subsídio			27,27	27,27	25	6,82
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS							
0807	CONTRIB SERV. LUM. PÚBLICA			0,89	0,00	0	0,00
0804	JUROS DE MORA 07/2018			0,28	0,00	0	0,00
0805	MULTA 07/2018			0,89	0,00	0	0,00
0805	ATUALIZAÇÃO MONETARIA 07/2018			0,12	0,00	0	0,00
0808	Devolução Subsídio			-16,80	0,00	0	0,00

CC1 Código de Classificação do Item TOTAL 35,61 52,13 13,03 52,13 0,56 2,80

Média últimos meses (kWh)  
84

VENCIMENTO  
24/08/2018

TOTAL A PAGAR  
R\$ 35,61

Histórico de Consumo (kWh)

85 | 71 | 63 | 24 | 24 | 172 | 40 | 181 | 100 | 56 | 65  
Ago/17 | Set/17 | Out/17 | Nov/17 | Dez/17 | Jan/18 | Fev/18 | Mar/18 | Abr/18 | Mai/18 | Jun/18

RESERVADO AGENCIA  
b7b7.6fd4.7fbd.1e2d.4f04.564d.4981.0829.

06 SET. 2018

Indicadores de Qualidade

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DI MENSAL	9,31	0,00	NOMINAL 220
DI Q TRIMESTRAL	19,52		
DI ANUAL	3,28	0,00	CONTRATADA
FI Q TRIMESTRAL	6,47		LIMITE INFERIOR 202
FI ANUAL	12,95		LIMITE SUPERIOR 231
DMC	2,77	0,00	
DICRI	12,22		

Descrição	Valor (R\$)	Valor (R\$)
Serviços de Energia Elétrica	35,61	100,00
Compra de Energia	1,84	24,21
Serviço de Transmissão	0,58	4,63
Impostos Diretos e Encargos	18,47	51,87
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	35,61	100,00

Valor de EUSD (Ref. 6/2018) R\$ 6,95

ATENÇÃO

- Sua unidade foi atualizada para o novo padrão de R\$ 1,00  
- Leitura confirmada

Faturas em atraso







**CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA**

**Nº 01709.01.2018.1.00.420**

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 01709.01.2018.1.00.420, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 11:26 horas do dia 06 de setembro de 2018, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Delegacia Especializada de Acidentes de Veículos da Capital, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Alberto Jorge Diniz e Silva, matrícula 1331957, e lavrado por José Saulo Araujo Negreiros, Agente de Investigação, matrícula 1372611, ao final assinado, compareceu **Fábio Fernandes da Silva**, CPF nº 238.117.304-87, nacionalidade brasileira, estado civil união estável, identidade de gênero masculino, profissão Eletricista, filho(a) de Maria da Penha Fernandes da Silva e Adarizo Deolindo da Silva, natural de João Pessoa/PB, nascido(a) em 26/05/1961 (57 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Honorato Silva, Nº 200, bairro Alto do Mateus, tendo como ponto de referência Depósito do Neto, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 98780-7403.

**Dados do(s) Fatos:**

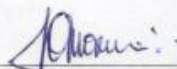
Local: Via Oeste, Pousada Bandeirantes, João Pessoa/PB, bairro Alto do Mateus; Tipo do Local: via fora do perímetro urbano (rodovia, estrada, etc); Data/Hora: 06/04/18 08:00h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LEI 9.503/97 ART. 303: LESÃO CORPORAL NO TRÂNSITO.**

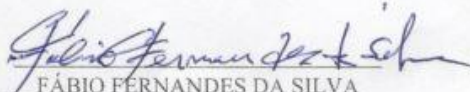
**E NOTIFICOU O SEGUINTE:**

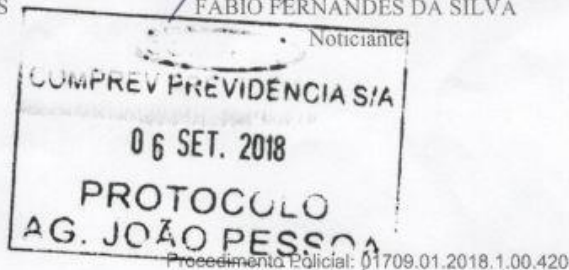
QUE, segundo o notificante, já qualificado acima, diz que trafegava com o veículo, tipo motocicleta, marca e modelo: HONDA/CG 160 TITAN EX, ano e modelo: 2016/2017 de cor vermelha, placa: QEP-0666/PB, chassi nº 9C2KC2210HR006103, registrado em nome do notificante; QUE relata que seguia normalmente em sua mão na faixa da esquerda quando tentou ultrapassar pela direita um veículo Renault de cor prata, não sabendo especificar a placa do mesmo nem o condutor pois este evadiu-se do local; QUE segundo o notificante este mudou de faixa sem ter a devida atenção e colidiu com o notificante jogando o mesmo ao chão; QUE devido ao fato veio a lesionar-se conforme CERTIDÃO Nº 1151/2018, EXPEDIDO PELA DRª SÔNIA MARIA MACIEL PONTES DE OLIVEIRA, CRM/PB 2959, DATADO DE 27.0\*.2018, do Complexo Hospitalar de Mangabeira, para onde foi socorrido(a) pelo SAMU; Que não deseja representar criminalmente; Que no momento não tem testemunhas a indicar.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, excepo a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

João Pessoa/PB, 06 de setembro de 2018.

  
JOSÉ SAULO ARAUJO NEGREIROS  
Agente de Investigação

  
FÁBIO FERNANDES DA SILVA  
Notificante



## CERTIDÃO


Nº. 1151/2018

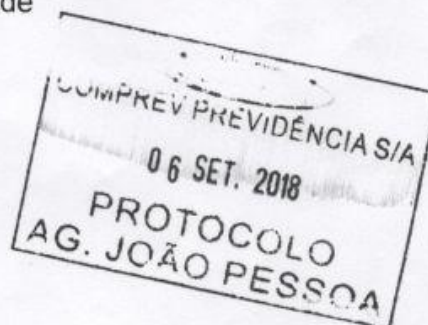
Atendendo solicitação de **FÁBIO FERNANDES DA SILVA**, e de acordo com buscas procedidas no Serviço de Arquivo Médico e Estatística – SAME do Complexo Hospitalar Mangabeira Governador Tarcísio Burity, certifico a constatação da Ficha de atendimento ambulatorial Nº 117615, pertencente ao requerente que foi atendido dia 06/04/2018 às 09H18min, vítima de colisão carro x moto, apresentado trauma em membro inferior esquerdo.

Submetido a avaliação médica e exame de imagem que evidenciou fratura do 2º 3º e 4º metatarsos esquerdo. Realizado imobilização, medicado e liberado.

E para constar eu, Sônia Maria Maciel Pontes de Oliveira, Médica da Vigilância à saúde, dato e assino a presente certidão.

João Pessoa, 27 de agosto de 2018

  
Médica da Vigilância à Saúde  
CRM/PB 2959





PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAO PESSOA

CC: HOSPITALAR MANGABEIRA GOV. TARCISIO BURITY

RUA: AGENTE FISCAL JOSE COSTA DUARTE S/N

58056-384 JOAO PESSOA Fone: (83) 3214-1980

FAX: ( ) - CNPJ:

Ficha Nr: 117615

Atd: Nao Regul

Data: 06/04/2018

Hora: 09:18:11

Recepcionista: LENICE FLORENCIO DE

Clinica: CIRURGICA

DADOS DO PACIENTE

Nome: FABIO FERNANDES DA SILVA

CNS: 700407445046047 Sexo: M IDENTIDADE: 729126 Fone: 987808403

Natural: JOAO PESSOA/PB Data Nasc.: 26/05/1961 Id: 56 ano(s)

End.: RUA HONORATO SILVA (LOT STA TEREZINHA), 200

Bairro: ALTO DO MATEUS Cidade: JOAO PESSOA UF: PB

Mae: MARIA DA PENHA FERNANDES DA SILVA

Pai: ADARIZO DEOLINDO DA SILVA

Raca: SEM INFORMACAO Etnia: SEM INFORMACAO

Ocupação: ELETRICISTA BOBINADOR

Estado Civil: NAO INFORMADO

INFORMACOES DE ENTRADA

Escolaridade:

Resp.: FABIO FERNANDES DA SILVA

Tel/Doc. Responsavel: 987808403 / IDENTIDADE: 729126

Procedencia: RUA

Transporte utilizado: SAMU

Vitima de acidente por: COL.CARROXOTO AS 8:40 NA VIA OESTE

Vitima de violência por: COND

[ ] Caso Policial

FATURADO

PRE-CONSULTA

Tipo de Classificação de Risco: AMARELO

PA: 120 X 80

FR: 17

FC: 61

TP:

Peso:

Altura:

Glicemia:

IMC:

Circ. Abd:

O2%: 98

CONDICOES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO

[ ] Aparentemente Bem [ ] Grave

[ ] Politraumatizado [ ] Convulsao

[ ] Hemorragia [ ] Dispneia

[ ] Diarreia [ ] Agitado

[ ] Regular [ ] Chocado

[ ] Vomito

Observacao

Queixa Principal

COLISAO CARRO X MOTO, COM TRAUMA DE TORNOZELO ESQUERDO

Historia - Exame Fisico - (hora do atendimento medico)

SEM PERDA DE CONSCIENCIA AS 08:00 W MA 06.04.18.

NAO VEMTOS.

APRESENTA LESAO EM LANTANHA ESQUERDA.

Diagnostico

Conduza

RX PE, PERNA E TORNOZELO.  
SL. AV. ORTOPEDISTA.

Prescriçao

Horario da medicacao

# Ortopedia.  
Rx de 23.4 MTE.  
Cf. Fala Brta  
+ Acionamento de Sinais Manuais

Dr. Adriano Dias Majano  
Cirurgia Geral e Ortopedia  
CRM-PB 5599

Dr. Valdebon Carvalho Jr.  
M.R. em Ortopedia  
CRM-PB 7592

06 ABR. 2018



Data e Hora | PRESCRICAO (assinatura e carimbo)



ANOTACOES DA ENFERMAGEM

Qtde	Medicamentos	Dose	Horario	Evolucao

Reservado p/ liberacao

Assinatura da Enfermagem

PROCEDIMENTO REALIZADO

030106006-4

DESTINO DO PACIENTE

☐ Residencia ☐ Transferido ☐ Desistencia ☐ UTI  
☐ Alta a pedido ☐ Enfermaria Obito: ☐ Atestado ☐ SVO ☐ IML

*[Handwritten Signature]*

Assinatura do Paciente/Responsavel

Assinatura e Carimbo do Medico

030106006-4  
030106010-0





COMPREHENSIVE S.A.  
06 SET. 2018  
FOTOCOPIADO  
155834

[illegible]

**PB Nº 013221277465 BILHETE DE SEGURO DPVAT**

**ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT  
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO  
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA**

**www.seguradoralider.com.br**  
**SAC DPVAT 0800 022 1204**

VIA	1	C/P / C/PJ	23811730487	EXERCÍCIO	2017	DATA EMISSÃO	05/07/2017
RENOVAÇÃO	01103785505	HONDA/CG	160 TITAN EX	MARCA / MODELO	QEP0866/PB	FILIAL	
ANO FAL.	2016	PLAC. TÍTUL.	9	Nº CHASSI	9C2KC2210HR006103		
FMS (R\$)	*****	DENOMINAÇÃO (R\$)	*****	CUSTO DO SEGURO (R\$)	*****		
CUSTO DO BILHETE (R\$)	*****	ICP (R\$)	SEGURO	TODOS OS RISCOS ESTÃO COBERTOS (R\$)	P A G O		
S	COTA ÚNICA	PAGAMENTO		PARCELADO			05/07/2017

**SEGURADORA LIDER - DPVAT**  
CNPJ 09.248.608/0001-04

761-1506364-20170705



Rio de Janeiro, 21 de Setembro de 2018

Aos Cuidados de: **FABIO FERNANDES DA SILVA**

Nº Sinistro: **3180411838**

Vítima: **FABIO FERNANDES DA SILVA**

Data do Acidente: **06/04/2018**

Cobertura: **INVALIDEZ**

**Assunto: NEGATIVA TÉCNICA - SEM SEQUELAS**

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no seu pedido de indenização (sinistro número **3180411838**), esclarecemos que não foram identificadas sequelas permanentes em razão do acidente ocorrido em **06/04/2018**. Por esse motivo, o seu pedido de indenização foi **negado**.

Qualquer dúvida, é só ir até o nosso site **www.seguradoralider.com.br**, ou ligue através do telefone **0800 022 12 04** (ligação gratuita) ou **0800 022 12 06** que atende apenas aos deficientes auditivos e de fala. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00159/00160 - carta\_04 - INVALIDEZ



Carta nº 13393617





(1)



Buscar no site

A  
COMPANHIASEGURO  
DPVATPONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-  
Atendimento)CENTRO DE DADOS E  
ESTATÍSTICASSALA DE  
IMPrensaTRABALHE  
CONOSCO

CONTATO

Seguro DPVAT

## Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados dias a contar da data de entrega da documentação completa.

## SINISTRO 3180411838 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA FABIO FERNANDES DA SILVA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Comprev Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

BENEFICIÁRIO FABIO FERNANDES DA SILVA

CPF/CNPJ: 23811730487

Posição em 07-11-2018 12:34:11

Seu pedido de indenização foi negado. Enviamos carta, para seu endereço, com mais informações sobre a conclusão da análise

## Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
23/09/2018	Negativa Técnica - Sem sequelas	(https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/dacITwoajH+bDB484P+Dbw=api_key=__luhtGICJ26TECEJk5kzx5m9ajgHNtTCoglkovi70P0=)
11/09/2018	Exigência Documental	(https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/nBB8hGdGGMuYYa++7__api_key=__luhtGICJ26TECEJk5kzx5m9ajgHNtTCoglkovi70P0=)
11/09/2018	Aviso de Sinistro	(https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/LAtoPlIG3se0Vzs292A__api_key=__luhtGICJ26TECEJk5kzx5m9ajgHNtTCoglkovi70P0=)

## ACESSIBILIDADE



(/Pages/Acessibilidade.aspx)



(/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)

A A A



## COMO PEDIR INDENIZAÇÃO



[Documentos Despesas Médicas \(/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx\)](#)  
[Documentos Invalidez Permanente \(/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx\)](#)  
[Documentos Morte \(/Pages/Documentacao-Morte.aspx\)](#)  
[Dicas Indispensáveis \(/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx\)](#)

## PAGUE SEGURO



Como Pagar (/Pages/Pague-Seguro.aspx)  
 Consulta a Pagamentos Efetuados (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetuados.aspx)  
 Informações Gerais (/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx)

## ACOMPANHE O PROCESSO



[Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização. \(/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx\)](#)

(<https://www.seguradoralider.com.br>)

(https://http://kasp.furukawa.jp/entry/2019/04/16/official/)  
%C3%ADder-  
dpvat)

## Serviços

- > (/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)
- > (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetuados.aspx)
- > (/Pages/Saiba-como-pagar.aspx)
- > (/Pontos-de-Atendimento)
- > (/Seguro-DPVAT/Como-Pedir-Indenizacao)

## Dúvidas e Respostas

- > (/Pages/Quem-Somos.aspx)
- > (/Pages/Sobre-o-Seguro-DPVAT.aspx)
- > (/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx)
- > (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)
- > (/Seguro-DPVAT/Dicionario-do-Seguro-DPVAT)
- > (/Seguro-DPVAT/Perguntas%20Frequentes)

## Atendimento

- > (/Contato/Chat-e-Atendimento-On-Line)
- > (/Contato/Duvidas-Reclamacoes-e-Sugestoes)
- > (/Contato/telefones-de-contato)
- > (/Contato/Ouvidoria)
- > (/Contato/canal-de-Denuncias)
- > (/Mapa-do-Site)

(/Pages/Termos-de-Uso.aspx)







**Poder Judiciário da Paraíba**  
**5ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0863508-74.2018.8.15.2001

DESPACHO

Defiro a justiça gratuita, ante a comprovada hipossuficiência econômica do autor, ID 17635232.

Nas ações de cobrança de DPVAT, dificilmente ocorre acordo antes de realizada a perícia, portanto a audiência prévia de conciliação pode ser postergada para momento posterior ao da perícia, fazendo-se adaptações no procedimento que conduzam à máxima efetividade dos atos processuais e à maior celeridade do processo.

Assim, deixo de marcar audiência prévia de conciliação.

Em consequência, cite-se a promovida para contestar no prazo de 15 dias úteis, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial.

P.I.C.

JOÃO PESSOA, 21 de novembro de 2018.

Juiz(a) de Direito





Poder Judiciário da Paraíba  
5ª Vara Cível da Capital  
Comarca de JOÃO PESSOA



Processo nº 0863508-74.2018.8.15.2001

**DESTINATÁRIO(A):** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A  
R SENADOR DANTAS, 74, 5 e 6 andar, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

**REMETENTE:**

UNIDADE JUDICIÁRIA: 5ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

**PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**

Processo nº 0863508-74.2018.8.15.2001

AUTOR: FABIO FERNANDES DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

**CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO**

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito do 5ª Vara Cível da Capital, fica Vossa Senhoria devidamente **CITADO(A)** por todos os atos do processo acima mencionado, e intimado DO DESPACHO PROFERIDO por este Juízo, nos autos da ação supramencionada, cujo teor é o seguinte:

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0863508-74.2018.8.15.2001



DESPACHO

Defiro a justiça gratuita, ante a comprovada hipossuficiência econômica do autor, ID 17635232.

Nas ações de cobrança de DPVAT, dificilmente ocorre acordo antes de realizada a perícia, portanto a audiência prévia de conciliação pode ser postergada para momento posterior ao da perícia, fazendo-se adaptações no procedimento que conduzam à máxima efetividade dos atos processuais e à maior celeridade do processo.

Assim, deixo de marcar audiência prévia de conciliação.

Em consequência, cite-se a promovida para contestar no prazo de 15 dias úteis, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial.

P.I.C.

JOÃO PESSOA, 21 de novembro de 2018.

JOÃO PESSOA, 27 de maio de 2019

De ordem, ANALISTA/TÉCNICO JUDICIÁRIO

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ E DOCUMENTOS DO PROCESSO ACIMA MENCIONADO ACESSE O LINK:  
<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19052716192680800000020882573> INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Petição Inicial	Petição Inicial	18110711582247200000017169333
01 PETIÇÃO DE REVISÃO DE DPVAT	Documento de Comprovação	18110711554057400000017169550
02 PROCURAÇÃO E DOC.PESSOAL OK	Documento de Comprovação	18110711554509700000017169556
03 COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA	Documento de Comprovação	18110711555500200000017169565
04 B.O, LAUDO, ETC.	Documento de Comprovação	18110711560997100000017169579
05 Negativa 13393617	Documento de Comprovação	18110711561686600000017169583
06 Negativa site	Documento de Comprovação	18110711562450100000017169593
Despacho	Despacho	18112114401584400000017244573





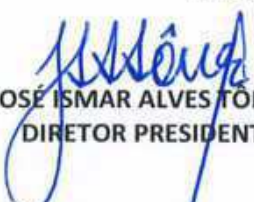
SEGUE ANEXO.



## PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731; **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.

  
**JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**  
DIRETOR PRESIDENTE

  
**HÉLIO BITTON RODRIGUES**  
DIRETOR

<b>17º</b> Ofício de Notas DA CAPITAL	Tabelião: Carlos Alberto Firmo Oliveira Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 2107-5000	AD528690 088674
Reconheço por AUTÊNTICAÇÃO as firmas de: <b>HELIO BITTON RODRIGUES</b> e <b>JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES</b> (X0000524453)		
Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018.		
Em testemunho	da verdade.	Conf. por: Serventia T. H. FUNDOS
Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.		Total
EOLP-56881 HQT, EOLP-56882 GHS		
https://www3.tjri.jus.br/sitepublico		

**CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ**  
Paula Cristina A. D. Gaspar  
: 3,9% Escrevente  
: 10796-48062 série 09077 ME  
Aut. 20.5.3º Lei 8.936/94





### SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo **Dr. JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.



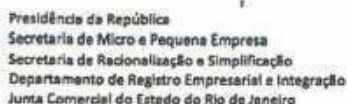
com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09. 248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

**JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**  
OAB/SP 111.807







**NIKE (A SEDE OU DA FILIAL) QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF**

33.3.0028479-6

### Time Budgets

Sociedade anônima

## Boite à Embarcadere

Normal

### NO An Dentrolin

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

**JUCERJA**

Ultima Arguementor

0000313101 - 18/12/2017

NWRE: 33.3.0028479-6

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Boleto(s): 102595004

Hash: ECC52023-D73D-4232-8033-7CC9943DA9D8

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
DREI	21,00	21,00



## REQUERIMIENTO

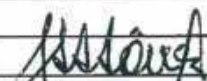
Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

## Representante legal da empresa

Local	Nome:	
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149055 e demais constantes do termo de

autenticidade.

Autenticação: FD69743867A48220CFDE4856AFADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8  
Para validar o documento acesse <http://www.jucerj.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.

Page 2/13



JUCEFLIA



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 26/06/2019 16:11:53

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19062616115257100000021599613>

Número do documento: 19062616115257100000021599613

Num. 22250223 - Pág. 1

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar - Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**2. CONVOCAÇÃO:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

**3. PRESENÇA:** Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

**4. MESA:** Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

**5. ORDEM DO DIA:** deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

**6. DELIBERAÇÕES:** Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 1 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECP8FPD5CF68740F233E496AFDA8021F88	
Para validar o documento acesse <a href="http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital">http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital</a> , informe o nº de protocolo. Pág. 3/13	





Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reafirmar as funções específicas perante a SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôrres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 2 de 3

*Handwritten signatures*

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018  
CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.  
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56APADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8  
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 4/13



**7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

**8. ASSINATURAS:** A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.


Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
Roberto Barroso  
Presidente

  
Isabella Maria Azevedo da Cunha  
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8	
Para validar o documento acesse <a href="http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital">http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital</a> , informe o nº de protocolo. Pág. 5/13	



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56A7ADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8	
Para validar o documento acesse <a href="http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital">http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital</a> , informe o nº de protocolo. Pag. 8/13	





SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 60-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: PD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA30E1FB8	
Para validar o documento acesse <a href="http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital/">http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital/</a> , informe o nº de protocolo: Pág. 10/13	



## RETIFICAÇÃO

No grupo 1º da Portaria Suspensão n. 721, de 2 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 3 de janeiro de 2018, página 168, seção 1, onde se lê: "... na reunião do conselho de administração realizada em 1º de novembro de 2017", leia-se: "... na assembleia geral extraordinária realizada em 1º de novembro de 2017".

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA,  
QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 38, DE 19 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE AEROTECNIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - DIMITIR, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do art. 4º da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do art. 3º da Lei nº 8.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do art. 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 8.235, de 28 de novembro de 2002:

Considerando o Decreto Federal nº 96.044, de 18 de maio de 1958, que aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos;

Considerando a Portaria Interim n.º 16, de 14 de janeiro de 2014, que aprova os Requisitos de Avaliação de Conformidade para Tanques de Carga Rodoviários Destinados ao Transporte de Produtos Perigosos, publicada no Diário Oficial da União de 15 de janeiro de 2014, seção 01, página 48;

Considerando que o fletimento da unidade por ele acquirida, conforme o disposto no § 1º do art. 2º do Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos, deve ser a adequação das veículos e das equipamentos rodoviários destinados a este fim;

Considerando a necessidade de substituição do Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos (CITPP) pelo novo Certificado para o Transporte de Produtos Perigosos (CTPP), aplicável somente à modalidade de construção de tanques de carga rodoviários.

Considerando a necessidade de ajuste dos Requisitos de Avaliação da Conformidade aprovados pela Portaria Interam n.º 16/2016, resolve:

A.N. 1º Ficam aprovados os ajustes dos Requisitos de Avaliação de Conformidade para Tanques de Carga Rodaviables destinados ao Transporte de Produtos Perigosos, publicados pela Portaria Interam nº 15, de 14 de janeiro de 2014, conforme disposto no Anexo desta Portaria, disponibilizado na site [www.jbo.gov.br](http://www.jbo.gov.br).

disponível no Anexo desta Portaria, disponibilizado no link [www.inmetro.gov.br](http://www.inmetro.gov.br) ou no endereço abaixo:

Divisão de Avaliação da Conformidade - Deconf  
Rua Santa Alexandrina, nº 466 - 3º andar - Rio Com-  
prida

CIRCULAR Nº 4 DE 11 DE JANEIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR INSTITUIU, DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso de suas atribuições, e para melhor cumprimento dos seus deveres legais, as seguintes normas:

A) Aprovar a modificação da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM e da Tarifa Externa Comum em análise pelo Departamento de Negociações Internacionais (DENIN), com o objetivo de contribuir para a definição da nomenclatura do governo brasileiro na linha da coordenação do Códice Tarifário nº 1, da Tarifa, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias, do Mercado A-Tarifa-NCM, de 1987, sob o número CEP 10011-000, Brasília (DF). As correspondências deverão fazer referência ao número desta Circular e ser encaminhadas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta Circular no Diário Oficial da União.

B) As informações relativas às propostas de alteração de nomenclaturas mediante a incorporação original do sistema prefixal, disponíveis na página do site Ministério na Internet, no endereço <http://www.mec.gov.br/seg-expostorlistatela.htm>, CEP 26110-000, poderão ser consultadas dia. O formulário também pode ser acessado pelos telefones (At) 202-735-7351 a 202-735-7323 ou pelo endereço de correio eletrônico [denin@denin.com.br](mailto:denin@denin.com.br).

C) O encaminhamento entre a análise das propostas poderá ser realizado por meio do endereço eletrônico <http://www.mec.gov.br/denin/> ou pelo endereço eletrônico [denin@denin.com.br](mailto:denin@denin.com.br). Solicitações de esclarecimento deverão ser encaminhadas para o endereço eletrônico [denin@denin.com.br](mailto:denin@denin.com.br).

D) Caso haja posterioridade, ajustes de texto realizados pela utilização em nomenclatura do CT-1, eventuais modificações a respeito devem ser encaminhadas à esta Secretaria mediante os procedimentos previstos nos artigos 4º, 5º e 6º da Portaria Interministerial nº 10, de 1997.

RENATO AGOSTINHO DA SILVA

ANEXO			
SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO PROPOSTA	
2917.20.09	Acidos policarboxilicos ciclicos, ciclosais ou ciclosterpinos, seus anidridos, halogenetos, peróxidos e seus derivados	2917.20	Acidos Policarboxilicos, ciclicos, ciclosais ou ciclosterpinos, seus anidridos, halogenetos, peróxidos, peróxidos e seus derivados
		2917.20.1	Derivados de acidos policarboxilicos ciclicos
		2917.20.15	Clorocacemato de etileno
		2917.20.90	Outros
			Outros

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/assessoria/credito.html>, pelo código 00012018712300014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/04/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Autenticação: FD69743867A48220CFDE4B56AFADE5ECF8FFD5CF68740P233E496AFDA80E1F88  
Para validar o documento acesse <http://www.juceria.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.







4996507

**ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016**

**"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**

**ESTATUTO SOCIAL**

**CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

**Artigo 1º** – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

**Artigo 2º** – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Artigo 3º** – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

**Artigo 4º** – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

**CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

**Artigo 5º** – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

**Parágrafo Primeiro** – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

**Artigo 6º** – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

**CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL**

**ARTIGO 7º** – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 1 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE920B296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016







4996508

**ARTIGO 8º** – A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

**Parágrafo Primeiro** – A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

**Parágrafo Segundo** – A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

**Parágrafo Terceiro** – Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

**Parágrafo Quarto** – Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, ¼ (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

**Parágrafo Quinto** – As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

**Parágrafo Sexto** – Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

#### CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

**ARTIGO 9º** – A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

**Parágrafo Primeiro** – Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

**Parágrafo Segundo** – O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

**Parágrafo Terceiro** – As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 2 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996509

**Parágrafo Quarto** – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

**Parágrafo Quinto** – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

## CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**ARTIGO 10** – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

**Parágrafo Primeiro** - Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

**Parágrafo Segundo** – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

**Parágrafo Terceiro** – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

**ARTIGO 11** – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

**ARTIGO 12** – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

**ARTIGO 13** – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

**Parágrafo Primeiro** – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

**Parágrafo Segundo** - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 3 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





convocada.



4996510

**Parágrafo Terceiro** - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

**ARTIGO 14** - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

**Parágrafo Primeiro** - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

**Parágrafo Segundo** - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

**Parágrafo Terceiro** - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

**ARTIGO 15** - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 4 de 10

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016







4996512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

**ARTIGO 16** – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

**Parágrafo Único** – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

#### **CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA**

**ARTIGO 17** – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

**ARTIGO 18** - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

**Parágrafo único** - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

#### **CAPÍTULO VI - DIRETORIA EXECUTIVA**

**ARTIGO 19** - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

**Parágrafo Primeiro** – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

**Parágrafo Segundo** – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 6 de 10

  
Bernardo F. S. Derwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

**ARTIGO 20** – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litúgio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

**ARTIGO 21** - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 7 de 10

Bernardo F.S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208295B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

**ARTIGO 22** – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

**Parágrafo Primeiro** – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

**Parágrafo Segundo** – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

#### **CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL**

**ARTIGO 23** – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 8 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C88883B2947C61B477D798CBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2018







4996515

**Parágrafo Primeiro** – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

**Parágrafo Segundo** – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

## **CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS**

**ARTIGO 24** – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

**ARTIGO 25** – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

**ARTIGO 26** – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

**Parágrafo Único** – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

**ARTIGO 27** – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

**Parágrafo Único** – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

## **CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO**

**ARTIGO 28** – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 9 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





de março de 1967.

10/11



4996516

## XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

**ARTIGO 29** - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

**ARTIGO 30** - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

**ARTIGO 31** - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

**Parágrafo Único** - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

**ARTIGO 32** - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 10 de 10

  
Bernardo F. S. Benwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002958803 - 11/10/2016





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA/PB

Processo: 08635087420188152001

**AUSÊNCIA DE COBERTURA**

**SÚMULA 474 STJ:** "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

**SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FABIO FERNANDES DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

**CONTESTAÇÃO**

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

**BREVE SÍNTESE DA DEMANDA**

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **06/04/2018**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **06/09/2018**.

Após análise detida dos documentos apresentados, verificou-se a ausência de cobertura, vez que a parte autora **não restou inválida**, pressuposto necessário para o pagamento da indenização pleiteada.

**Portanto, em que pese o requerimento da indenização na via administrativa, houve a NEGATIVA da Seguradora responsável pela regulação, haja vista, a ausência de sequelas.**



A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

#### **DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO**

A parte Autora sustenta que encontra-se inválida permanentemente devido as supostas lesões sofridas decorrentes de acidente de trânsito.

**Acontece Exa., que toda documentação médica apresentada aos autos não corrobora com o alegado, pelo contrário comprova cabalmente que NÃO HÁ INVALIDEZ e/ou DEBILIDADE PERMANENTE, OU SEJA, NÃO HÁ COBERTURA DO SEGURO DPVAT.**

Assim, a parte Autora, deixou de comprovar de maneira precisa que é portador de invalidez permanente, não fazendo jus à indenização referente ao Seguro Obrigatório DPVAT, desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação e visto não haver meios comprobatórios do alegado, devendo a demanda ser julgada improcedente, em consonância com o disposto no artigo 487, inciso I do Código de Processo Civil.

#### **DO MÉRITO**

##### **DA VALIDADE DO REGISTRO DE Ocorrência**

Verifica-se Nobre Magistrado que o boletim de ocorrência policial acostado aos autos, trata-se de mera certidão, a qual foi comunicada pelo próprio autor, documento este produzido unilateralmente, a conveniência do interessado, assim, não tem validade alguma para a presente lide.

Há de ser considerado que o boletim de ocorrência policial anexo aos autos, somente foi registrado apenas em 06/09/2018 após 5 MESES da data do alegado acidente noticiado.

Ademais, o boletim de ocorrência policial foi relatado pelo próprio autor a sua conveniência, sem testemunhas, e sem a presença da autoridade competente no local.

Em análise ao presente feito, verifica-se com estranheza que não foi apresentado Boletim de Ocorrência da data do sinistro supostamente ocorrido em 06/04/2018, não podendo ser considerado o registro de ocorrência policial apresentado como prova cabal do acidente noticiado nesta demanda.

Destarte, cabe alertar ao Nobre Julgador que, além de não ter sido apresentado o Registro de ocorrência da época do acidente, o comunicante CONVENIENTEMENTE É A VÍTIMA E AUTOR da presente lide o que causa grande espanto!

Ressalta-se ainda o fato de que além de a vítima ser comunicante do suposto acidente, foi elaborado através dos fatos narrados pelo mesmo de forma unilateral, sem que nenhuma testemunha ou outro vitimado prestassem depoimento.

**Não há justificativa para delonga tão grande**, qualquer parente, amigo do autor, poderia ter comunicado o acidente a época do sinistro na delegacia competente.



No caso em apreço, exigir da ré o pagamento da indenização sem a existência de comprovação da veracidade do acidente, descaracteriza a atividade definida como seguro. Essa prova documental incumbe à parte Autoral, em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 373, I, do NCPC/15.

Desta forma a Ré requer a IMPROCEDENCIA TOTAL do pedido inicial, com fulcro nos artigos 487, I, do NCPC/15.

#### **DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR**

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC<sup>1</sup>.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

#### **DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO**

##### **DA INEXISTÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE**

É incontroverso que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber o Seguro Obrigatório DPVAT no que se refere à cobertura de invalidez permanente, uma vez que o próprio laudo médico acostado nos autos pelo autor constata a ausência de lesões de caráter permanente.

Verifica-se, outrossim, que a parte autora ingressou com o requerimento administrativo, o qual foi negado pela Seguradora Reguladora, ante a ausência de lesões indenizáveis.

Frisa-se que nem todas as lesões ocasionadas por acidente automotor são passíveis de indenização, pois para caracterizar invalidez permanente passível de indenização imprescindível que haja perda definitiva ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável, ao fim do tratamento médico.

Deste modo, a Lei 6194/74 considera invalidez permanente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada integralmente ou em parte. Por essa razão, lesões meramente estéticas, temporárias, ou que de qualquer forma não venham acarretar comprometimento de órgão ou função, não serão passíveis de indenização. E é exatamente o caso dos autos.

<sup>1</sup>“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)





Em análise ao processo administrativo e aos documentos médicos juntados pela própria parte autora, conclui-se que o acidente ocasionou ao autor lesões que não acarretaram incapacidade funcional ou para realização de atividades ordinárias, portanto, não são passíveis de indenização.

Assim, verificada a inexistência de invalidez permanente, deverá o pedido autoral ser julgado IMPROCEDENTE, nos termos do art. 487, I, CPC.

#### **DA AUSÊNCIA DE COBERTURA**

O seguro obrigatório DPVAT é regido pela Lei n.º 6.194/74, tendo sido alterada pela Lei n.º 11.945/09, e discute matéria referente à modalidade de seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.

Assim, temos que o seguro DPVAT dá cobertura apenas às indenizações ocasionadas por morte, invalidez e reembolso de despesas de assistências médicas e suplementares, não tendo abrangência sobre qualquer outra indenização que não seja as especificadas na letra da lei.

Verifica-se, porém, que as provas produzidas nos autos, demonstram e comprovam o contrário do que alega o Autor, o **LAUDOS MÉDICOS** atestam que a lesão apresentada é apenas temporária/recuperável, o que, por certo, não pode ser considerada INVALIDEZ, não havendo previsão de cobertura pela Lei do DPVAT.

Vale ressaltar que o convenio/seguradoras é responsável apenas pelo pagamento das indenizações dispostas na Lei 11.945/09, não podendo ter interpretação extensiva a pretensões de cunho particular por parte do Autor, que não tenham qualquer ligação com a matéria em questão.

Conclui-se assim ser impossível juridicamente o pedido do Autor, e, por ser impossível juridicamente o pedido, requer que a presente demanda seja julgada **IMPROCEDENTE**.

#### **DA APLICABILIDADE DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

A referida inovação legal trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, para dirimir o percentual indenizável no caso concreto, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pela parte autora é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUVE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.



No mesmo sentido, o Superior Tribunal de justiça editou a Súmula 474 pacificando o entendimento que no caso de invalidez a indenização do Seguro Obrigatório DPVAT deverá ser paga em conformidade com o grau da invalidez da vítima<sup>3</sup>.

Frisa-se que a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Assim, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

**Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e**

**Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.**

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral a parte Autora, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado.

#### **DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA**

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação<sup>4</sup>.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação<sup>5</sup>

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

#### **DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

<sup>3</sup> **Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

<sup>4</sup> “SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

<sup>5</sup> **art. 1º . (...)**

**§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.**



Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

### **CONCLUSÃO**

Ante o exposto, reafirma o desinteresse na audiência de conciliação, conforme amplamente demonstrado no corpo da presente peça.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez permanente, conforme preconiza a Súmula 474 do STJ.

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Requer a produção de prova pericial nos termos do Convênio de Nº015/2014 firmado entre este Egrégio Tribunal e a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT. Assim, após a realização da perícia judicial, requer a intimação da Ré para realização do pagamento dos honorários periciais no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) em até 15 (quinze) dias.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **Dr. SUELIO MOREIRA TORRES** inscrito sob o nº **15477 - OAB/PB**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

JOAO PESSOA, 24 de junho de 2019.

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477 - OAB/PB**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br



### **QUESITOS DA RÉ**

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando o vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.





### TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					



## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na **15477 - OAB/PB** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **FABIO FERNANDES DA SILVA**, em curso perante a **5ª VARA CÍVEL** da comarca de **JOAO PESSOA**, nos autos do Processo nº 08635087420188152001.

Rio de Janeiro, 24 de junho de 2019.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)




Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 26/06/2019 16:11:54  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19062616115348700000021599614>  
Número do documento: 19062616115348700000021599614

Nesta data, junto aos autos o AR referente à citação da seguradora líder.





(ÁREA DE COLA NO VERSO)

 <b>Correios</b>		<b>AVISO DE RECEBIMENTO</b>		<b>AR</b>		<b>MP</b>	
DESTINATÁRIO SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A RUA SENADOR DANTAS, 74 5 E 6 ANDAR, CENTRO 20051205 - RIO DE JANEIRO - RJ				UNIDADE DE POSTAGEM UNIDADE DE ENTREGA CARTEIRO 07 JUN 2019			
(CODIGO DE BARRAS OU N° DE REGISTRO DO OBJETO)				UNIDADE DE ENTREGA			
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR PODER JUDICIÁRIO SAVARA CIVEL AV. JOÃO MACHADO, S/N 3º ANDAR, JAGUARIBE 58013-522 - JOÃO PESSOA - PB				UNIDADE DE ENTREGA CARTEIRO 07 JUN 2019			
TENTATIVAS DE ENTREGA				OBSERVAÇÃO carta de cit. int. processo n° 086508-74.2018.815.2001			
1ª / / h				MOTIVO DE DEVOLUÇÃO			
2ª / / h				1 Mudou-se			
3ª / /				2 Endereço insuficiente			
				3 Não existe o número			
				4 Ausente			
				5 Recusado			
				6 Não procurado			
				7 Falecido			
				8 Outros			
ASSINATURA DO RECEBEDOR				RUBRICA E MATRICULADO CARTEIRO			
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR				DATA DE ENTREGA			
BIANCA DE SOUZA CRUZ VIEIRA RG: 20.993.830-7				Nº DOC. DE IDENTIDADE			

Assinado eletronicamente por: KENIA SIMOES DANTAS BARBOSA - 02/07/2019 14:00:42

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19070214004133200000021728671>

Número do documento: 19070214004133200000021728671

0863508-74.2018.815.2001





**5ª Vara Cível da Capital**  
**AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520**  
**()**

Nº do processo: 0863508-74.2018.8.15.2001  
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
Assunto(s): [SEGURO]

### **MANDADO DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADO(A)**

O MM. Juiz de Direito da vara supra manda ao ao oficial de justiça, a quem este for entregue, que em cumprimento a este, intime o(a) advogado(a) para manifestar-se no processo acima acerca da CONTESTAÇÃO ID 2250224.  
Prazo:15 dias

Advogado: DIBS COUTINHO RODRIGUES OAB: PB16195 Endereço: desconhecido Advogado: THIAGO JOSE MENEZES CARDOSO OAB: PB19496 Endereço: R ANA GAMA E MELO, s/n, MANGABEIRA, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58055-510

JOÃO PESSOA, em 2 de julho de 2019.

De ordem, KENIA SIMOES DANTAS BARBOSA  
Mat.



SEGUE ANEXO.





Rio de Janeiro, 10 de Setembro de 2018

Aos Cuidados de: **FABIO FERNANDES DA SILVA**

Nº Sinistro: **3180411838**

Vítima: **FABIO FERNANDES DA SILVA**

Data do Acidente: **06/04/2018**

Cobertura: **INVALIDEZ**

**Assunto: AVISO DE SINISTRO**

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de indenização foi cadastrado sob o **número de sinistro 3180411838**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de Invalidez Permanente é de **ATÉ R\$ 13.500,00**, apurado com base no grau da lesão permanente sofrida, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária**.

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Carta nº 13341068

Pag. 00253/00254 - carta\_01 - INVALIDEZ

00020127



Rio de Janeiro, 10 de Setembro de 2018

Aos Cuidados de: **FABIO FERNANDES DA SILVA**  
Nº Sinistro: **3180411838**  
Vítima: **FABIO FERNANDES DA SILVA**  
Data do Acidente: **06/04/2018**  
Cobertura: **INVALIDEZ**

**Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL**

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o **número 3180411838**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Documentação médico-hospitalar não conclusivo

A documentação deve ser entregue na **COMPREV SEGURADORA S/A**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

**Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias**, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Pag. 01843/01844 - carta\_03 - INVALIDEZ



Carta nº 13343464



Rio de Janeiro, 21 de Setembro de 2018

Aos Cuidados de: **FABIO FERNANDES DA SILVA**

Nº Sinistro: **3180411838**

Vítima: **FABIO FERNANDES DA SILVA**

Data do Acidente: **06/04/2018**

Cobertura: **INVALIDEZ**

**Assunto: NEGATIVA TÉCNICA - SEM SEQUELAS**

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no seu pedido de indenização (sinistro número **3180411838**), esclarecemos que não foram identificadas sequelas permanentes em razão do acidente ocorrido em **06/04/2018**. Por esse motivo, o seu pedido de indenização foi **negado**.

Qualquer dúvida, é só ir até o nosso site **www.seguradoralider.com.br**, ou ligue através do telefone **0800 022 12 04** (ligação gratuita) ou **0800 022 12 06** que atende apenas aos deficientes auditivos e de fala. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Pag. 00159/00160 - carta\_04 - INVALIDEZ



Carta nº 13393617



Rio de Janeiro, 11 de Outubro de 2018

Aos Cuidados de: **FABIO FERNANDES DA SILVA**

Nº Sinistro: **3180456945**

Vítima: **FABIO FERNANDES DA SILVA**

Data do Acidente: **06/04/2018**

Cobertura: **INVALIDEZ**

**Assunto: NEGATIVA TÉCNICA - SEM SEQUELAS**

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no seu pedido de indenização (sinistro número **3180456945**), esclarecemos que não foram identificadas sequelas permanentes em razão do acidente ocorrido em **06/04/2018**. Por esse motivo, o seu pedido de indenização foi **negado**.

Qualquer dúvida, é só ir até o nosso site **www.seguradoralider.com.br**, ou ligue através do telefone **0800 022 12 04** (ligação gratuita) ou **0800 022 12 06** que atende apenas aos deficientes auditivos e de fala. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 01003/01004 - carta\_04 - INVALIDEZ



Carta nº 13466466







**AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE SINISTRO - CRÉDITO EM CONTA E REGISTRO  
DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS PESSOA FÍSICA - CIRCULAR SUSEP 445/12**

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

**INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:**

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL**, sem rasuras, para correta análise do seu pedido de indenização. Dados incompletos ou incorretos impedem o banco de creditar o pagamento.

A conta informada precisa ser de titularidade do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL**, e deve estar regularizada, ativa, desbloqueada e sem impedimento para o crédito de indenização/reembolso.

**É obrigatório Representante Legal para:**

**Beneficiário entre 0 a 15 anos** (pai, mãe, tutor) ou o Incapaz com curador. O formulário deverá ser preenchido com os dados do Representante Legal (Pai, Mãe, Tutor ou Curador). Apenas o Representante Legal precisará assinar o formulário (no campo 2- "Assinatura do Representante Legal").

**Beneficiário entre 16 e 17 anos** - Necessário que o Beneficiário seja assistido por seu "Representante Legal" (Pai, Mãe, Tutor). O formulário deverá ser preenchido com os dados do beneficiário. Necessário que o formulário seja assinado pelo menor de idade (no campo 1 "Assinatura do Beneficiário") e seu Representante Legal (campo 2 "Assinatura do Representante Legal").

Número do Sinistro ou ASL

CPF da Vítima

238117304-87

Nome completo da vítima

Fabio Fernandes da Silva

**DADOS DO RECEBEDOR DA INDENIZAÇÃO: BENEFICIÁRIO OU REPRESENTANTE LEGAL**

Nome completo	CPF titular da conta	Profissão
Fabio Fernandes da Silva	23811730487	Eletricista
Endereço	Número	Complemento
Rua Honorato Silva	200	
Bairro	Estado	CEP
Atto do Mateus	PB	58090-221
Cidade		Telefone (DDD)
João Pessoa		(83) 98898-2639
Email		

Declaro, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder - DPVAT, residir no endereço acima. Segue, em anexo, cópia do comprovante de residência do endereço informado.

**FAIXA DE RENDA MENSAL E DADOS BANCÁRIOS**

☒ RECUSO INFORMAR ☐ SEM RENDA ☐ ATÉ R\$ 1.000,00 ☐ R\$ 1.001,00 ATÉ R\$ 3.000,00  
☐ R\$ 3.001,00 ATÉ R\$ 5.000,00 ☐ R\$ 5.001,00 ATÉ R\$ 7.000,00 ☐ R\$ 7.001,00 ATÉ R\$ 10.000,00 ☐ ACIMA DE R\$ 10.000,00

☐ **CONTA POUPANÇA** (Somente para bancos abaixo. Assinale uma opção)  
☐ BRADESCO (237) ☐ BANCO DO BRASIL (001) ☐ ITAU (341)  
☐ CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (104)

AGÊNCIA  
NRG.

D/V

(Informar dígito se existir)

D/V

(Informar dígito se existir)

☒ **CONTA CORRENTE** (todos os bancos)

BANCO  
Nome

NRO

Caixa Econômica

001

AGÊNCIA  
NRG.

D/V

0036

(Informar dígito se existir)

CONTA  
NRG.

32.935

D/V

(Informar dígito se existir)

Declaro que os dados bancários são de minha titularidade e, comprovada a cobertura securitária para o sinistro, autorizo a Seguradora Líder a efetuar o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, mediante o crédito na referida agência e conta. Após efetivado o crédito, reconheço e dou plena quitação do valor indenizado.

João Pessoa, 06 de agosto de 2012  
Local e Data

Fabio Fernandes da Silva  
Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

FAPPF.001 V001/2017







**AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE SINISTRO - CRÉDITO EM CONTA E REGISTRO  
DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS PESSOA FÍSICA - CIRCULAR SUSEP 445/12**

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

**INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:**

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL**, sem rasuras, para correta análise do seu pedido de indenização. Dados incompletos ou incorretos impedem o banco de creditar o pagamento.

A conta informada precisa ser de titularidade do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL**, e deve estar regularizada, ativa, desbloqueada e sem impedimento para o crédito de indenização/reembolso.

**É obrigatório Representante Legal para:**

**Beneficiário entre 0 a 15 anos** (pai, mãe, tutor) ou o Incapaz com curador. O formulário deverá ser preenchido com os dados do Representante Legal (Pai, Mãe, Tutor ou Curador). Apenas o Representante Legal precisará assinar o formulário (no campo 2- "Assinatura do Representante Legal").

**Beneficiário entre 16 e 17 anos** - Necessário que o Beneficiário seja assistido por seu "Representante Legal" (Pai, Mãe, Tutor). O formulário deverá ser preenchido com os dados do beneficiário. Necessário que o formulário seja assinado pelo menor de idade (no campo 1 "Assinatura do Beneficiário") e seu Representante Legal (campo 2 "Assinatura do Representante Legal").

Número do Sinistro ou ASL

CPF da Vítima

238117304-87

Nome completo da vítima

Fabio Fernandes da Silva

**DADOS DO RECEBEDOR DA INDENIZAÇÃO: BENEFICIÁRIO OU REPRESENTANTE LEGAL**

Nome completo	Fabio Fernandes da Silva	CPF titular da conta	23811730487	Profissão	Eletricista
Endereço	Rua Honorato Silva	Número	200	Complemento	
Bairro	Atto do Mateus	Cidade	João Pessoa	Estado	PB
Email		CEP	58090-221	Telefone (DDD)	(83) 98898-2639

Declaro, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder - DPVAT, residir no endereço acima. Segue, em anexo, cópia do comprovante de residência do endereço informado.

**FAIXA DE RENDA MENSAL E DADOS BANCÁRIOS**

☒ RECUSO INFORMAR ☐ SEM RENDA ☐ ATÉ R\$ 1.000,00 ☐ R\$ 1.001,00 ATÉ R\$ 3.000,00  
☐ R\$ 3.001,00 ATÉ R\$ 5.000,00 ☐ R\$ 5.001,00 ATÉ R\$ 7.000,00 ☐ R\$ 7.001,00 ATÉ R\$ 10.000,00 ☐ ACIMA DE R\$ 10.000,00

☐ **CONTA POUPANÇA** (Somente para bancos abaixo. Assinale uma opção)  
☐ BRADESCO (237) ☐ BANCO DO BRASIL (001) ☐ ITAU (341)  
☐ CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (104)

AGÊNCIA  
NRG.

D/V

(Informar dígito se existir)

D/V

(Informar dígito se existir)

☒ **CONTA CORRENTE** (todos os bancos)

BANCO  
Nome

NRO

Caixa Econômica

001

AGÊNCIA  
NRG.

D/V

(Informar dígito se existir)

CONTA  
NRG.

D/V

32.935

(Informar dígito se existir)

Declaro que os dados bancários são de minha titularidade e, comprovada a cobertura securitária para o sinistro, autorizo a Seguradora Líder a efetuar o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, mediante o crédito na referida agência e conta. Após efetivado o crédito, reconheço e dou plena quitação do valor indenizado.

João Pessoa, 06 de agosto de 2012  
Local e Data

Fabio Fernandes da Silva  
Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

FAPPF.001 V001/2017





**CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA**

**Nº 01709.01.2018.1.00.420**

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 01709.01.2018.1.00.420, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 11:26 horas do dia 06 de setembro de 2018, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Delegacia Especializada de Acidentes de Veículos da Capital, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Alberto Jorge Diniz e Silva, matrícula 1331957, e lavrado por José Saulo Araujo Negreiros, Agente de Investigação, matrícula 1372611, ao final assinado, compareceu **Fábio Fernandes da Silva**, CPF nº 238.117.304-87, nacionalidade brasileira, estado civil união estável, identidade de gênero masculino, profissão Eletricista, filho(a) de Maria da Penha Fernandes da Silva e Adarizo Deolindo da Silva, natural de João Pessoa/PB, nascido(a) em 26/05/1961 (57 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Honorato Silva, Nº 200, bairro Alto do Mateus, tendo como ponto de referência Depósito do Neto, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 98780-7403.

**Dados do(s) Fatos:**

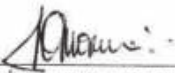
Local: Via Oeste, Pousada Bandeirantes, João Pessoa/PB, bairro Alto do Mateus; Tipo do Local: via fora do perímetro urbano (rodovia, estrada, etc); Data/Hora: 06/04/18 08:00h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LEI 9.503/97 ART. 303: LESÃO CORPORAL NO TRÂNSITO.**

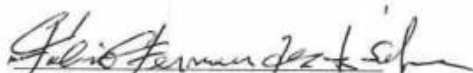
**E NOTIFICOU O SEGUINTE:**

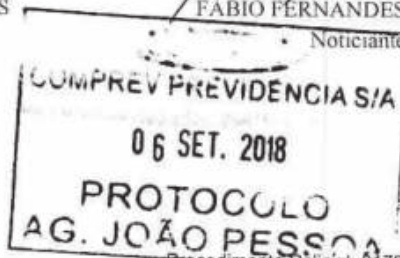
QUE, segundo o notificante, já qualificado acima, diz que trafegava com o veículo, tipo motocicleta, marca e modelo: HONDA/CG 160 TITAN EX, ano e modelo: 2016/2017 de cor vermelha, placa: QEP:0666/PB, chassi nº 9C2K2C2210HR006103, registrado em nome do notificante; QUE relata que seguia normalmente em sua mão na faixa da esquerda quando tentou ultrapassar pela direita um veículo renault de cor prata, não sabendo especificar a placa do mesmo nem o condutor pois este evadiu-se do local; QUE segundo o notificante este mudou de faixa sem ter a devida atenção e colidiu com o notificante jogando o mesmo ao chão; Que devido ao fato veio a lesionar-se conforme CERTIDÃO Nº 1151/2018, EXPEDIDO PELA DRª SÔNIA MARIA MACIEL PONTES DE OLIVEIRA, CRM/PB 2959, DATADO DE 27.0\*.2018, do Complexo Hospitalar de Mangabeira, para onde foi socorrido(a) pelo SAMU; Que não deseja representar criminalmente; Que no momento não tem testemunhas a indicar.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, excepo a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

João Pessoa/PB, 06 de setembro de 2018.

  
JOSÉ SAULO ARAUJO NEGREIROS  
Agente de Investigação

  
FÁBIO FERNANDES DA SILVA  
Notificante



Procedimento Policial: 01709.01.2018.1.00.420







**CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA**

**Nº 01709.01.2018.1.00.420**

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 01709.01.2018.1.00.420, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 11:26 horas do dia 06 de setembro de 2018, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Delegacia Especializada de Acidentes de Veículos da Capital, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Alberto Jorge Diniz e Silva, matrícula 1331957, e lavrado por José Saulo Araujo Negreiros, Agente de Investigação, matrícula 1372611, ao final assinado, compareceu **Fábio Fernandes da Silva**, CPF nº 238.117.304-87, nacionalidade brasileira, estado civil união estável, identidade de gênero masculino, profissão Eletricista, filho(a) de Maria da Penha Fernandes da Silva e Adarizo Deolindo da Silva, natural de João Pessoa/PB, nascido(a) em 26/05/1961 (57 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Honorato Silva, Nº 200, bairro Alto do Mateus, tendo como ponto de referência Depósito do Neto, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 98780-7403.

**Dados do(s) Fatos:**

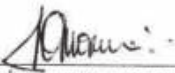
Local: Via Oeste, Pousada Bandeirantes, João Pessoa/PB, bairro Alto do Mateus; Tipo do Local: via fora do perímetro urbano (rodovia, estrada, etc); Data/Hora: 06/04/18 08:00h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LEI 9.503/97 ART. 303: LESÃO CORPORAL NO TRÂNSITO.**

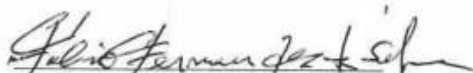
**E NOTIFICOU O SEGUINTE:**

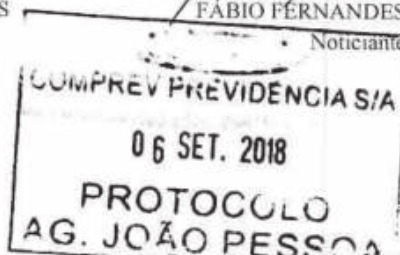
QUE, segundo o notificante, já qualificado acima, diz que trafegava com o veículo, tipo motocicleta, marca e modelo: HONDA/CG 160 TITAN EX, ano e modelo: 2016/2017 de cor vermelha, placa: QEP:0666/PB, chassi nº 9C2K2C2210HR006103, registrado em nome do notificante; QUE relata que seguia normalmente em sua mão na faixa da esquerda quando tentou ultrapassar pela direita um veículo renault de cor prata, não sabendo especificar a placa do mesmo nem o condutor pois este evadiu-se do local; QUE segundo o notificante este mudou de faixa sem ter a devida atenção e colidiu com o notificante jogando o mesmo ao chão; Que devido ao fato veio a lesionar-se conforme CERTIDÃO Nº 1151/2018, EXPEDIDO PELA DRª SÔNIA MARIA MACIEL PONTES DE OLIVEIRA, CRM/PB 2959, DATADO DE 27.0\*.2018, do Complexo Hospitalar de Mangabeira, para onde foi socorrido(a) pelo SAMU; Que não deseja representar criminalmente; Que no momento não tem testemunhas a indicar.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

João Pessoa/PB, 06 de setembro de 2018.

  
JOSÉ SAULO ARAUJO NEGREIROS  
Agente de Investigação

  
FÁBIO FERNANDES DA SILVA  
Notificante



Procedimento Policial: 01709.01.2018.1.00.420





Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

**INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:**

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados da VÍTIMA e do seu REPRESENTANTE LEGAL\* (caso seja aplicável) sem rasuras. O Representante Legal\* é obrigatório para os seguintes casos:

**Casos com vítima entre 0 a 15 anos** – O Representante Legal é representado pelo pai, mãe ou tutor. Apenas o Representante deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal");

**Casos com vítima entre 16 e 17 anos** – Neste caso, é necessário que a vítima seja assistida por um Representante Legal (pai, mãe ou tutor). O formulário deverá ser assinado pela vítima menor de idade no campo 1 ("Assinatura da Vítima") e também por seu Representante Legal no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

**Casos com vítima interditada com curador** – Neste caso em específico, apenas o Representante Legal deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Nome Completo da Vítima <i>Fabio Fernandes de Silva</i>	CPF da Vítima <i>238 117 304-87</i>	Data do Acidente <i>06/04/2018</i>
--	--	---------------------------------------

**REPRESENTANTE LEGAL DA VÍTIMA**

Nome completo do Representante Legal	CPF do Representante legal
Email	Telefone (DDD)

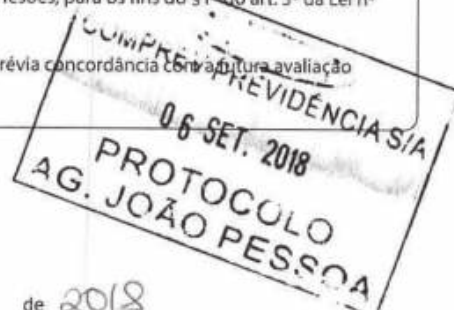
Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

**Assinalar uma das opções abaixo:**

- ☐ Não há estabelecimento do IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
- ☐ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- ☒ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido.

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento da análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter a perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a perícia avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.



*João Pessoa, 06 de agosto de 2018*  
Local e Data

*Fabio Fernandes de Silva*

Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

DALI.001 V001/2017





## CERTIDÃO

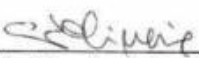
Nº. 1151/2018

Atendendo solicitação de **FÁBIO FERNANDES DA SILVA**, e de acordo com buscas procedidas no Serviço de Arquivo Médico e Estatística – SAME do Complexo Hospitalar Mangabeira Governador Tarcísio Burity, certifico a constatação da Ficha de atendimento ambulatorial Nº 117615, pertencente ao requerente que foi atendido dia 06/04/2018 às 09H18min, vítima de colisão carro x moto, apresentado trauma em membro inferior esquerdo.

Submetido a avaliação médica e exame de imagem que evidenciou fratura do 2º, 3º e 4º metatarsos esquerdo. Realizado imobilização, medicado e liberado.

E para constar eu, Sônia Maria Maciel Pontes de Oliveira, Médica da Vigilância à saúde, dato e assino a presente certidão.

João Pessoa, 27 de agosto de 2018

  
Médica da Vigilância à Saúde  
CRM/PB 2959



Ficha Nr: 117615 Atd: Nao Regul  
Data: 06/04/2018  
Hora: 09:18:11  
Recepçcionista: LENICE FLORENCIO DE  
Clinica: CIRURGICA

-----  
Transporte utilizado: SAMU

Vitima de acidente por: COL.CARROXMOTO AS 8:40 NA VIA OESTE  
Vitima de violência por: COND  
[ ] Caso Policial

**FATURADO**

PRE-CONSULTA

CONDICOES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO

Tipo de Classificação de Risco: AMARELO

PA: 120 X 80 FR: 17

☐ Aparentemente Bem ☐ Grave

FC: 61 TP:

☐ Politraumatizado      ☐ Convulsao

Peso:                      Altura:

☐ Hemorragia                      ☐ Dispineia

Glicemia: IMC:

☐ Diarreia                      ☐ Agitado

Circ. Abd: 028: 98

☐ Regular      ☒ Chocado

Queixa Principal

Observacao

COLISAO CARRO X MOTO, COM TRAUMA DE TORNOZELO  
ESQUERDO

Pistoria - Exame Físico - (hora do atendimento medico) PCT - VITÓRIA, RECALCITRANTE E NO  
SEM PERDA DE CONSCIÊNCIA AS 08:00 W MA 06.04.18. DOSSO NE (CADE  
NEJA VÊMOTOS. DOSSO  
APRESENTA LESÃO EM CULANHAR ESQUERDO.

## Diagnostico

Conduta RX PS, PERNA E TORNOZZO.  
GL. AU. DETODONATA.

Prescrição

| Horario da medicacao

FX 625.4 MTE.

W. Fula Bata

+ Agony on the Cross Number

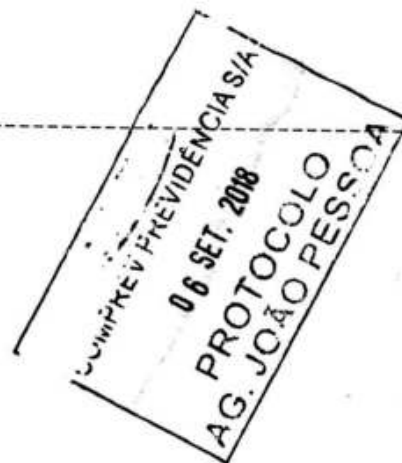
Dr. Adriano Dias Trajano  
Cirurgião Geral e Obesidade  
CRM-PB 5699

Dr. Valdebor Carvalho Jr.  
M.R. em Ortopedia  
CRM/PR - 1552

06 ABR. 2018



Data e Hora | PRESCRICAO (assinatura e carimbo)



ANOTACOES DA ENFERMAGEM

Qtde	Medicamentos	Dose	Horario	Evolucao

Assinatura da Enfermagem

Reservado p/ liberacao

PROCEDIMENTO REALIZADO

030106006-4

DESTINO DO PACIENTE

[ ] Residencia [ ] Transferido [ ] Desistencia [ ] UTI  
[ ] Alta a pedido [ ] Enfermaria Obito: [ ] Atestado [ ] SVO [ ] IML

Assinatura do Paciente/Responsavel

Assinatura e Carimbo do Medico

030106006-4  
030106010-0





FABIO FERNANDES DA SILVA  
RUA HORATO SILVA, 200 - ALTO DO MATEUS  
JOAO PESSOA / PB CEP: 55060-321 (AO 1)  
Energisa 17/09/2018 Referência Ago/2018  
Classe/Subclasse: RESIDENCIAL / BARRA RENDA MODERADA B120, km 25 - Cid. Rio Preto - Jo. de P. Paraíba / PB - CEP 55071-607  
Ratemp: 9 - 1 - 192 - 323 Nº medidor: 00000917663

**energisa**  
ENERGISA PARÁIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
CNPJ 08.336.435/0001-40 Ins. Est. 160/150224-9  
Nota Fiscal: Conta de Energia Demonstrativa Nº 111 120 521  
Cod. para Deb. Automático: 00010703213

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF / CNPJ / RANI
Ago / 2018	17/08/2018	17/09/2018	238.117.304-87
			INSC. EST.

UC (Unidade Consumidora): 5/1070321-3

Canal de contato

- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 28 de abril de 2002.

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
15/07/18	7345	17/08/18	7411		66	32

Demonstrativo						
CC	Descrição	Quantidade	Valor Base (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)
			Tributos Totais (R\$)	ICMS (R\$)	Perda (R\$)	ICMS (R\$)
0001	Consumo até 30 kWh - BR	30,000	0,246840	7,37	7,37	25
0004	Consumo - 31 a 100 kWh - BR	36,000	0,421810	15,17	15,17	25
0001	Adic. B. Verificação			3,32	3,32	25
0001	Subsídio			27,27	27,27	25
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS						
0007	CONTRIB. SERV. ILUM. PÚBLICA			0,99	0,00	0
0004	JUR. DE MORA (7/2018)			0,00	0,00	0
0005	MULTA (7/2018)			0,00	0,00	0
0005	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA (7/2018)			0,12	0,00	0
0008	Devolução Subsídio			-19,90	0,00	0

CC: Código de Classificação do Item TOTAL 26,81 52,12 13,03 52,12 0,56 2,80

Média últimos meses (kWh) 34  
**VENCIMENTO 24/08/2018**  
**TOTAL A PAGAR R\$ 35,61**

Histórico de Consumo (kWh)

Agosto 17 Set 17 Out 17 Nov 17 Dez 17 Jan 18 Fev 18 Mar 18 Abril 18 Maio 18

RESERVADO 6157.61d4.7fbd.1e2d.4f04.564d.4981.0829.

06 SET. 2018

PROTOCOLADO

Indicadores de Qualidade

Uímites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DURABILIDADE	3,37	NOMINAL 220
DESEMPENHO	19,82	
FLUTUAÇÃO	2,25	CONSTATADA
FLUTUAÇÃO	5,47	LIMITE INFERIOR 202
FLUTUAÇÃO	12,94	LIMITE SUPERIOR 231
FLUTUAÇÃO	1,77	
FLUTUAÇÃO	12,22	

Valor E. (R\$) Ref. 6/2018: R\$ 0,00

**ATENÇÃO**

Faturas em atraso

**Energisa**  
ENERGISA PARANÁ - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
Av. 25 - Cristo Redentor - Jd. P. Petrópolis - Fone: 2667.1.633  
CNPJ 02.325.415/0001-40 - Web Site: 16.015.0224  
Nota Fiscal - Contador: Engenheiro Eletrônico Nº 120.520  
Cod. seg. Deb. Automático: 0001023213

- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 28 de abril de 2002.

Anterior		Atual		Constante		Consumo		Dias	
Data	Leitura	Data	Leitura						
15/07/18	7345	17/08/18	7411		1		66		30
<b>Demonstrativo</b>									
001	Descrição	Quantidade	Valor	Valor Base Cat.	Alíq. ICMS	Valor Base Cat.	Alíq. ICMS	Valor Base Cat.	Alíq. ICMS
			Trabalhos (R\$)	ICMS (R\$)	ICMS			Parcelas (R\$)	1.004750 (R\$)
0001	Consumo de 300Watt-BR	30,300	0,245840	7,37	7,37 25	1,94	1,97	0,09	0,37
0001	Consumo de 31 e 100Watt-BR	30,300	0,421810	15,17	15,17 25	3,79	15,17	0,18	0,78
0001	Ag. B. Vempro			5,32	5,32 25	1,33	5,32	0,22	0,77
0001	Subsídio			27,27	27,27 25	6,82	27,27	0,13	1,58
<b>LANÇAMENTOS E SERVIÇOS</b>									
0007	CONTRIB. SERV. LUM. PÚBLICA			0,99	0,00 0	0,00	0,00	0,00	0,00
0004	JUROS DE MORA 07/2018			0,26	0,00 0	0,00	0,00	0,00	0,00
0005	MUTA 07/2018			0,68	0,00 0	0,00	0,00	0,00	0,00
0005	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 07/2018			0,12	0,00 0	0,00	0,00	0,00	0,00
0008	Devolução Subsídio			-16,90	0,00 0	0,00	0,00	0,00	0,00

CCI - Código de Classificação do Item	TOTAL	29.61	52.12	13.03	52.12	0.56	2.87
---------------------------------------	-------	-------	-------	-------	-------	------	------

Média últimos meses (kWh) 34

**VENCIMENTO**  
24/08/2018

**TOTAL A PAGAR**  
~~R\$ 35,61~~

Histórico de Consumo (kWh)

65	71	83	94	94	12	20	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120	121	122	123	124	125	126	127	128	129	130	131	132	133	134	135	136	137	138	139	140	141	142	143	144	145	146	147	148	149	150	151	152	153	154	155	156	157	158	159	160	161	162	163	164	165	166	167	168	169	170	171	172	173	174	175	176	177	178	179	180	181	182	183	184	185	186	187	188	189	190	191	192	193	194	195	196	197	198	199	200	201	202	203	204	205	206	207	208	209	210	211	212	213	214	215	216	217	218	219	220	221	222	223	224	225	226	227	228	229	230	231	232	233	234	235	236	237	238	239	240	241	242	243	244	245	246	247	248	249	250	251	252	253	254	255	256	257	258	259	260	261	262	263	264	265	266	267	268	269	270	271	272	273	274	275	276	277	278	279	280	281	282	283	284	285	286	287	288	289	290	291	292	293	294	295	296	297	298	299	300	301	302	303	304	305	306	307	308	309	310	311	312	313	314	315	316	317	318	319	320	321	322	323	324	325	326	327	328	329	330	331	332	333	334	335	336	337	338	339	340	341	342	343	344	345	346	347	348	349	350	351	352	353	354	355	356	357	358	359	360	361	362	363	364	365	366	367	368	369	370	371	372	373	374	375	376	377	378	379	380	381	382	383	384	385	386	387	388	389	390	391	392	393	394	395	396	397	398	399	400	401	402	403	404	405	406	407	408	409	410	411	412	413	414	415	416	417	418	419	420	421	422	423	424	425	426	427	428	429	430	431	432	433	434	435	436	437	438	439	440	441	442	443	444	445	446	447	448	449	450	451	452	453	454	455	456	457	458	459	460	461</
----	----	----	----	----	----	----	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-------

RESERVED FOR THE  
b1b7.6fd4.7fbd.1e2d.4f04.564d.4981.0829. 06 SET

PROTO

Indicadores de Qualidade	
Limite	Limite de Tensão

Limites da ANEEL	Apurado	(V)	Comissão de Energia
100%	100%	100%	100%
90%	90%	90%	90%
80%	80%	80%	80%
70%	70%	70%	70%
60%	60%	60%	60%
50%	50%	50%	50%
40%	40%	40%	40%
30%	30%	30%	30%
20%	20%	20%	20%
10%	10%	10%	10%
0%	0%	0%	0%

CONTRATADA	19.80				3.66	
LÍMITE INFERIOR	3.25					
LÍMITE SUPERIOR	9.47					
TOTAL	12.99					
<b>Total</b>					<b>35.61</b>	<b>100%</b>

PLANNING	5.37	0.00	
MAN	13.22		
DISP			

Value: 100 (Ref: 61014) 148505

**ATENÇÃO**

4. Letters confirmed

OREIRA TORRES - 11/07/2019 16:49:05  
ultaDocumento/listView.seam?x=19071116490257900000021976678

9000000021976678

COMPLEXO PREVIDENCIA S/A  
1.0829. 06 SET. 2018  
PROTOCOLO  
AG. J. J. PESSOA

Salvador	1.50	4.00
Aracaju e Pernambuco	18.47	81.07
Outros	5.00	0.00
<b>Total</b>	<b>35.51</b>	<b>100.00</b>

E:\DQ\Rel 670101\RES05

### Faturas em atraso

000021976678

Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 11/07/2019 16:49:05

Num. 22648989 - Pág. 14

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19071116490257900000021976678>

Número do documento: 19071116490257900000021976678



Data e Hora | PRESCRICAO (assinatura e carimbo)

ANOTACOES DA ENFERMAGEM

Qtde	Medicamentos	Dose	Horario	Evolucao

Reservado p/ liberacao

Assinatura da Enfermagem

PROCEDIMENTO REALIZADO

030106006-4

DESTINO DO PACIENTE

☐ Residencia ☐ Transferido ☐ Desistencia ☐ UTI  
☐ Alta a pedido ☐ Enfermaria Obito: ☐ Atestado ☐ SVO ☐ IML

Assinatura do Paciente/Responsavel

Assinatura e Carimbo do Medico

030106006-4  
030106010-0



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAO PESSOA

CC - HOSPITALAR MANGABEIRA GOV. TARCISIO BURITY

RUA: AGENTE FISCAL JOSE COSTA DUARTE S/N

58056-384 JOAO PESSOA Fone: (83) 3214-1980

FAX: ( ) - CNPJ:

Ficha Nr: 117615

Atd: Nao Regul

Data: 06/04/2018

Hora: 09:18:11

Recepcionista: LENICE FLORENCIO DE

Clinica: CIRURGICA

DADOS DO PACIENTE

Num. de vezes atendido: 1

Nome: FABIO FERNANDES DA SILVA

Num. Prontuario: 2018.04.000829

CNS: 700407445046047 Sexo: M IDENTIDADE: 729126 Fone: 987808403

Natural: JOAO PESSOA/PB Data Nasc.: 26/05/1961 Id: 56 ano(s)

End.: RUA HONORATO SILVA (LOT STA TEREZINHA), 200

Bairro: ALTO DO MATEUS Cidade: JOAO PESSOA UF: PB

Mae: MARIA DA PENHA FERNANDES DA SILVA

Pai: ADARIZO DEOLINDO DA SILVA

Raca: SEM INFORMACAO Etnia: SEM INFORMACAO

Ocupação: ELETRICISTA BOBINADOR

Estado Civil: NAO INFORMADO

INFORMACOES DE ENTRADA

Escolaridade:

Resp.: FABIO FERNANDES DA SILVA

Tel/Doc. Responsavel: 987808403 / IDENTIDADE: 729126

Procedencia: RUA

Transporte utilizado: SAMU

Vitima de acidente por: COL.CARROXOTO AS 8:40 NA VIA OESTE

Vitima de violência por: COND

[ ] Caso Policial

**FATURADO**

PRE-CONSULTA

CONDICOES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO

Tipo de Classificação de Risco: AMARELO

PA: 120 X 80

FR: 17

FC: 61

TP:

Peso:

Altura:

Glicemia:

IMC:

Circ. Abd:

O2%: 98

[ ] Aparentemente Bem [ ] Grave

[ ] Politraumatizado [ ] Convulsao

[ ] Hemorragia [ ] Dispneia

[ ] Diarreia [ ] Agitado

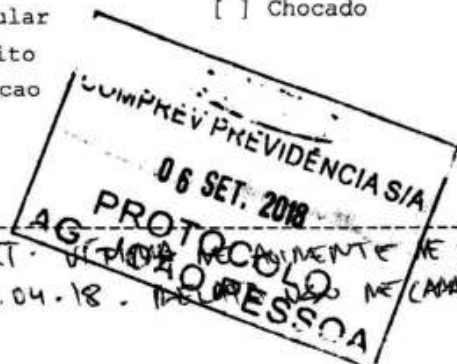
[ ] Regular [ ] Chocado

[ ] Vomito

Observacao

Queixa Principal

COLISAO CARRO X MOTO, COM TRAUMA DE TORNOZELO ESQUERDO



Historia - Exame Fisico - (hora do atendimento medico)

SEM PERDA DE CONSCIENCIA AS 08:00 W MA 06.04.18. PRESENTA LESAO EM GANHAHA ESQUERDA.

ADRESENTA LESAO EM GANHAHA ESQUERDA.

Diagnostico

Conduta EX PE, PEENA E TORNOZELO. SL. AV. DETONEMTA.

Prescrição

Horario da medicacao

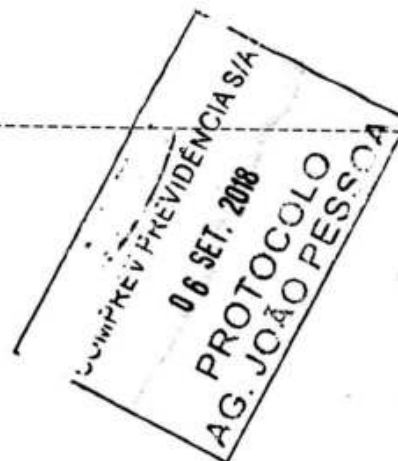
Dr. Adriano Dias Trajano  
Cirurgia Geral e Ortopedia  
CRM-PB 5099

06 ABR. 2018





Data e Hora | PRESCRICAO (assinatura e carimbo)



ANOTACOES DA ENFERMAGEM

Qtde	Medicamentos	Dose	Horario	Evolucao

Assinatura da Enfermagem

Reservado p/ liberacao

PROCEDIMENTO REALIZADO

030106006-4

DESTINO DO PACIENTE

☐ Residencia ☐ Transferido ☐ Desistencia ☐ UTI  
☐ Alta a pedido ☐ Enfermaria Obito: ☐ Atestado ☐ SVO ☐ IML

Assinatura do Paciente/Responsavel

Assinatura e Carimbo do Medico

030106006-4  
030106010-0







## CERTIDÃO

Nº. 1151/2018

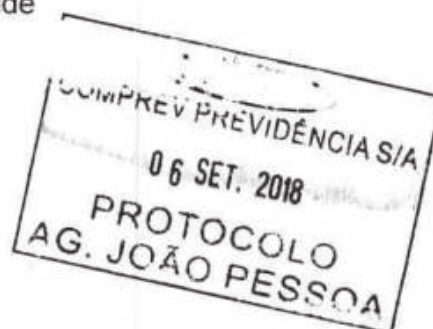
Atendendo solicitação de **FÁBIO FERNANDES DA SILVA**, e de acordo com buscas procedidas no Serviço de Arquivo Médico e Estatística – SAME do Complexo Hospitalar Mangabeira Governador Tarcísio Burity, certifico a constatação da Ficha de atendimento ambulatorial Nº 117615, pertencente ao requerente que foi atendido dia 06/04/2018 às 09H18min, vítima de colisão carro x moto, apresentado trauma em membro inferior esquerdo.

Submetido a avaliação médica e exame de imagem que evidenciou fratura do 2º, 3º e 4º metatarsos esquerdo. Realizado imobilização, medicado e liberado.

E para constar eu, Sônia Maria Maciel Pontes de Oliveira, Médica da Vigilância à saúde, dato e assino a presente certidão.

João Pessoa, 27 de agosto de 2018

  
Médica da Vigilância à Saúde  
CRM/PB 2959



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME: **FABIO FERNANDES DA SILVA**

DDC ENTIDADE: **729126** ORG EMISSOR: **SSP** UF: **PB**

CPF: **238.117.304-87** DATA NASCIMENTO: **26/05/1961**

RELAÇÃO:  
**ADARISO DEOLINDO DA SILVA**  
**MARIA DA PENHA FERNANDES DA SILVA**

PERMISSÃO: **ACB** ACC: **ACB** CATIAA: **AD**

Nº REGISTRO: **01612262304** VALIDADE: **09/05/2011** 1ª HABILITAÇÃO: **31/05/2001**

OBSERVAÇÕES:  
A:  
EXERCE ATIV REMUNERADA;

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL: **JOÃO PESSOA, PB** DATA EMISSÃO: **25/11/2016**

66400040081  
PB033609209

**DETRAN - PB (PARAIBA)**

VALIDA EM TODOS  
OS TERRITÓRIOS NACIONAIS  
1405202518

PROIBIDO PLASTIFICAR  
1405202518

CUMPREV PREVIDÊNCIA S/A  
06 SET. 2018  
PROTOCOLO  
AG. JOÃO PESSOA



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME: **FABIO FERNANDES DA SILVA**

DDC ENTIDADE: **729126** ORG EMISSOR: **SSP** UF: **PB**

CPF: **238.117.304-87** DATA NASCIMENTO: **26/05/1961**

RELAÇÃO:  
**ADARISO DEOLINDO DA SILVA**  
**MARIA DA PENHA FERNANDES DA SILVA**

PERMISSÃO: **ACB** ACC: **ACB** CATIAA: **AD**

Nº REGISTRO: **01612262304** VALIDADE: **09/05/2011** 1ª HABILITAÇÃO: **31/05/2001**

OBSERVAÇÕES:  
A:  
EXERCE ATIV REMUNERADA;

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL: **JOÃO PESSOA, PB** DATA EMISSÃO: **25/11/2016**

66400040081  
PB033609209

**DETRAN - PB (PARAIBA)**

VALIDA EM TODOS  
OS TERRITÓRIOS NACIONAIS  
1405202518

PROIBIDO PLASTIFICAR  
1405202518

CUMPREV PREVIDÊNCIA S/A  
06 SET. 2018  
PROTOCOLO  
AG. JOÃO PESSOA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME: **FABIO FERNANDES DA SILVA**

DDC ENTIDADE: **729126** ORG EMISSOR: **SSP** UF: **PB**

CPF: **238.117.304-87** DATA NASCIMENTO: **26/05/1961**

RELAÇÃO:  
**ADARISO DEOLINDO DA SILVA**  
**MARIA DA PENHA FERNANDES DA SILVA**

PERMISSÃO: **ACB** ACC: **ACB** CATIAA: **AD**

Nº REGISTRO: **01612262304** VALIDADE: **09/05/2011** 1ª HABILITAÇÃO: **31/05/2001**

OBSERVAÇÕES:  
A:  
EXERCE ATIV REMUNERADA;

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL: **JOÃO PESSOA, PB** DATA EMISSÃO: **25/11/2016**

66400040081  
PB033609209

**DETRAN - PB (PARAIBA)**

VALIDA EM TODOS  
OS TERRITÓRIOS NACIONAIS  
1405202518

PROIBIDO PLASTIFICAR  
1405202518

CUMPREV PREVIDÊNCIA S/A  
06 SET. 2018  
PROTOCOLO  
AG. JOÃO PESSOA





DENATRAN		MINISTERIO DAS CIDADES	
LACRE		DET-RAN - PB	
0044414021		CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEICULO	
1		Nº013221277465	
0110378550-5		CDD INUL-PRIT 2017060024114950000	
00/00000000		2017	
FABIO FERNANDES DA SILVA		NOME	
23811730487		CPF CNPJ	
NOVO		PLACA	
PB 9C2KC2210HR006103		QFP0866/PB	
PAS/MOTOCICLE/NAO APLIC		COMBUSTIVEL	
HONDA/CG 160 TITAN EX		ALCO/GASOL	
CAP 160 CIL		ANO FAB 2016	
2 P/162 /CI		CDD PRECATORIANTE	
COTA UNICA		VERMELHA	
1		VEIC OPTA UNICA	
2		00/00/0000	
3		PACELAMENTO / COTIS	
PREMIO TOTAL (R\$)		DATA DE PAGAMENTO	
PREMIO TARIFFARIO (R\$)		05/07/2017	
*****		SEGURO F A G 0 05/07/2017	
OBSERVACOES		A.F ADM DE CONC NACION HONDA LTDA	
42072		0	
JOAO PESSOA-PB		DATA	
42072		05/07/2017	
42072		761	
42072		761	

PB Nº 013221277465		BILHETE DE SEGURO DPVAT	
<p>ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT  PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO  AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA</p> <p>www.seguradoralider.com.br</p> <p>SAC DPVAT 0800 022 1204</p>			
VIA		CPF / CNPJ	EXERCÍCIO - DATA EMISSÃO
1	23811730487		2017 05/07/2017
RENAVAM		MARCA / MODELO	PLACA
01103785505	HONDA/CG 160 TITAN EX		QFP0866/PB
ANO FAB	PLACAR	Nº CHASSI	
2016	9	9C2KC2210HR006103	
PRÊMIO TARIFÁRIO		CUSTO DO SEGURO (R\$)	
FINS (R\$)	DEBÍTAIS (R\$)	*****	
*****	*****	*****	
CUSTO DO BILHETE (R\$)		CUSTO DESEMPENHO (R\$)	
*****	*****	*****	
S		P A G O	
COTA ÚNICA		05/07/2017	
PARCELADO			

**SEGURADORA LÍDER - DPVAT**

CNPJ 09.243.608/0001-04

761-1506364-20170705

COMPREV PREVIDÊNCIA S/A

06 SET. 2018

## PROTOCOL

MINISTERIO DAS CIDADES

DETTRAN - PB  
Nº 013221277465  
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEICULO  
CÓD. MUNICÍPIO 20170000241149550000  
CÓD. VEICULO 0110378550-5 00/00000000 2017

FABIO FERNANDES DA SILVA

PLACA QFP0866/PB

PLACA ANT. UF 23811730487

NOVO PB 9C2KC2210HR006103

PAS/MOTOCICLE/NAO APLIC COMBUSTIVEL ALCO/GASOL

HONDA/CG 160 TITAN EX ANO FAB 2016 2017

CAP. POT. CIL. 2 P/162 /CI CATEGORIA PARTIC COR PRETORIARANTE

COTA UNICA 00/00/0000 1º 2º 3º

PREMIO TARIFARIO (R\$) 00/00/0000 1º 2º 3º

PREMIO TOTAL (R\$) 00/00/0000 1º 2º 3º

PREMIO TOTAL (R\$) 00/00/0000 1º 2º 3º

PREMIO TOTAL (R\$) 00/00/0000 1º 2º 3º

PREMIO TOTAL (R\$) 00/00/0000 1º 2º 3º

PREMIO TOTAL (R\$) 00/00/0000 1º 2º 3º

PREMIO TOTAL (R\$) 00/00/0000 1º 2º 3º

PREMIO TOTAL (R\$) 00/00/0000 1º 2º 3º

PREMIO TOTAL (R\$) 00/00/0000 1º 2º 3º

PREMIO TOTAL (R\$) 00/00/0000 1º 2º 3º

LAURE

004441302

PLACA QFP0866/PB

PLACA ANT. UF 23811730487

NOVO PB 9C2KC2210HR006103

PAS/MOTOCICLE/NAO APLIC COMBUSTIVEL ALCO/GASOL

HONDA/CG 160 TITAN EX ANO FAB 2016 2017

CAP. POT. CIL. 2 P/162 /CI CATEGORIA PARTIC COR PRETORIARANTE

COTA UNICA 00/00/0000 1º 2º 3º

PREMIO TARIFARIO (R\$) 00/00/0000 1º 2º 3º

PREMIO TOTAL (R\$) 00/00/0000 1º 2º 3º

PREMIO TOTAL (R\$) 00/00/0000 1º 2º 3º

PREMIO TOTAL (R\$) 00/00/0000 1º 2º 3º

PREMIO TOTAL (R\$) 00/00/0000 1º 2º 3º

PREMIO TOTAL (R\$) 00/00/0000 1º 2º 3º

PREMIO TOTAL (R\$) 00/00/0000 1º 2º 3º

PREMIO TOTAL (R\$) 00/00/0000 1º 2º 3º

PREMIO TOTAL (R\$) 00/00/0000 1º 2º 3º

PREMIO TOTAL (R\$) 00/00/0000 1º 2º 3º

DETTRAN

CONTRAN

PB Nº 013221277465 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT  
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO  
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA  
www.seguradoralider.com.br  
SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO 2017 DATA EMISSÃO 05/07/2017

VIA 1 23811730487 PLACA QFP0866/PB

RENAVAM 01103785505 HONDA/CG 160 TITAN EX

ANO FAB 2016 9 9C2KC2210HR006103

PRÊMIO TARIFÁRIO

FAS (R\$) 00/00/0000 1º 2º 3º

CUSTO DO SEGURO (R\$) 00/00/0000 1º 2º 3º

CUSTO DO BILHETE (R\$) 00/00/0000 1º 2º 3º

CUSTO DO BILHETE (R\$) 00/00/0000 1º 2º 3º

CUSTO DO BILHETE (R\$) 00/00/0000 1º 2º 3º

CUSTO DO BILHETE (R\$) 00/00/0000 1º 2º 3º

CUSTO DO BILHETE (R\$) 00/00/0000 1º 2º 3º

CUSTO DO BILHETE (R\$) 00/00/0000 1º 2º 3º

CUSTO DO BILHETE (R\$) 00/00/0000 1º 2º 3º

CUSTO DO BILHETE (R\$) 00/00/0000 1º 2º 3º

CUSTO DO BILHETE (R\$) 00/00/0000 1º 2º 3º

SEGURADORA LÍDER - DPVAT

CNPJ 09.243.608/0001-04

761-1506364-20170705

COMPREV PREVIDENCIA S/A

06 SET. 2018

PROTOCOLO





Eu, Fábio Fernando de Sá, Portador  
do CPF 238117304-87 e Simples 3180  
411838, solicito uma Reanálise do meu  
Processo pois de Acordo com a Certi-  
fica do Hospital, Tire Fratura do  
2º, 3º, 4º Metatarso esquerdo,  
Pego que seja Reavaliado o meu processo.

João Pessoa, 27 de Agosto 2018

Fábio Fernando de Sá,



## PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



### DADOS DO SINISTRO

**Número:** 3180456945 **Cidade:** João Pessoa **Natureza:** Invalidez Permanente  
**Vítima:** FABIO FERNANDES DA SILVA **Data do acidente:** 06/04/2018 **Seguradora:** CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREV. S/A

### PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

**Data da análise:** 09/10/2018

**Valoração do IML:** 0

**Perícia médica:** Não

**Diagnóstico:** FRATURA DO 2º,3º E 4º METATARSOS ESQUERDO.

**Resultados terapêuticos:** TRATAMENTO CONSERVADOR.  
ALTA.

**Sequelas permanentes:**

**Sequelas:** Sem sequela

**Conduta mantida:**

**Quantificação das sequelas:**

**Documentos complementares:**

**Observações:** EM TODOS OS DOCUMENTOS MÉDICOS ACOSTADOS NÃO SE EVIDENCIA PRESENÇA DE SEQUELAS PERMANENTES QUE NÃO SEJAM SUSCETÍVEIS DE AMENIZAÇÃO PROPORCIONADA POR QUALQUER MEDIDA TERAPÊUTICA.

### DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00





## PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS



### IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0326787/18

Número do Sinistro: 3180411838

Vítima: FABIO FERNANDES DA SILVA

CPF: 238.117.304-87

Seguradora: CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREV. S/A

Data do acidente: 06/04/2018

Titular do CPF: FABIO FERNANDES DA SILVA

CPF de: Próprio

### DOCUMENTOS ENTREGUES

#### Sinistro

Documentação médico-hospitalar

### ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse [www.dpvatseguro.com.br](http://www.dpvatseguro.com.br) ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

#### Portador da documentação entregue

Data da entrega: 19/09/2018  
Nome: FABIO FERNANDES DA SILVA  
CPF: 238.117.304-87

#### Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 19/09/2018  
Nome: RENATO LUNA DIAS  
CPF: 705.216.494-98

FABIO FERNANDES DA SILVA

RENATO LUNA DIAS



## PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS



### IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0326787/18

**Vítima:** FABIO FERNANDES DA SILVA

**CPF:** 238.117.304-87

**Seguradora:** CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREV. S/A

**Data do acidente:** 06/04/2018

**CPF de:** Próprio

**Titular do CPF:** FABIO FERNANDES DA SILVA

### DOCUMENTOS ENTREGUES

#### Sinistro

Boletim de ocorrência  
Comprovação de ato declaratório  
Declaração de Inexistência de IML  
Documentação médico-hospitalar  
Documentos de identificação  
DUT

#### FABIO FERNANDES DA SILVA : 238.117.304-87

Autorização de pagamento  
Comprovante de residência

### ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse [www.dpvatseguro.com.br](http://www.dpvatseguro.com.br) ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

#### Portador da documentação entregue

Data da entrega: 06/09/2018  
Nome: FABIO FERNANDES DA SILVA  
CPF: 238.117.304-87

FABIO FERNANDES DA SILVA

#### Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 06/09/2018  
Nome: NATALIA SOARES ALVES DA SILVA  
CPF: 105.999.304-03

NATALIA SOARES ALVES DA SILVA



## PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS



### IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0359245/18

**Vítima:** FABIO FERNANDES DA SILVA

**CPF:** 238.117.304-87

**CPF de:** Próprio

**Data do acidente:** 06/04/2018

**Titular do CPF:** FABIO FERNANDES DA SILVA

**Seguradora:** CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREV. S/A

### DOCUMENTOS ENTREGUES

#### Sinistro

Boletim de ocorrência  
Comprovação de ato declaratório  
Declaração de Inexistência de IML  
Documentação médico-hospitalar  
Documentos de identificação  
DUT  
Outros

**FABIO FERNANDES DA SILVA : 238.117.304-87**

Autorização de pagamento  
Comprovante de residência

### ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse [www.dpvatseguro.com.br](http://www.dpvatseguro.com.br) ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

**Documentação recebida sem conferência.**

**A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.**

**A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.**

#### Portador da documentação entregue

Data da entrega: 01/10/2018  
Nome: FABIO FERNANDES DA SILVA  
CPF: 238.117.304-87

FABIO FERNANDES DA SILVA

#### Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 01/10/2018  
Nome: NATALIA SOARES ALVES DA SILVA  
CPF: 105.999.304-03

NATALIA SOARES ALVES DA SILVA





**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA/PB**

**Processo:** 08635087420188152001

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FABIO FERNANDES DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do incluso processo administrativo pertinente ao processo em comento, bem como ratificar o pedido de improcedência da ação, pois, o Laudo informa que a parte autora não restou permanentemente inválida, motivo pelo qual não houve pagamento em sede administrativa.

Ademais, reitera a Ré que a parte autora não traz aos autos qualquer documento que comprove uma suposta condição de inválida, com a quantificação da lesão.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

JOAO PESSOA, 9 de julho de 2019.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PB 4246-A**

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477 - OAB/PB**





EM ANEXO



### PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Operações, **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, securitário, portador da cédula de identidade RG nº 06.766.244-5 IFP, inscrito no CPF 912.422.907-53, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 152.629; **ISABEL TEIXEIRA DAS CHAGAS**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 158.953; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 140.522; **NOÊMIA FRAGA TEIXEIRA**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 95.365; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, Casada, OAB/RJ 185.681; **ROBERTO MARTINS COSTA**, brasileiro, Solteiro, OAB/RJ 176.073; **RODRIGO ALBERTO DE ALMEIDA**, brasileiro, Solteiro, OAB/RJ 165.647; **TAISA NERY SILVA**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 171.173; **TIAGO CARNEIRO LEÃO D'OLIVEIRA**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 130.946; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: +55 (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar

*Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Lider DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro*







PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Relações Institucionais, **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 836.366 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 174.562.157-15, nomeia e constituem seus bastantes procuradores, **Drs. VALDIR DIAS DE SOUSA JÚNIOR**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 122.882, inscrito no CPF/MF sob o número 012.310.027-51; **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 135.132, inscrita no CPF/MF sob o número 082.587.197-26; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 62420, inscrita no CPF/MF sob o número 542.587.407/30, TODOS INTEGRANTES DA SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 14º andar – Centro – RJ, CEP 20031-205, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, autorizados a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a

Preocupado com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro



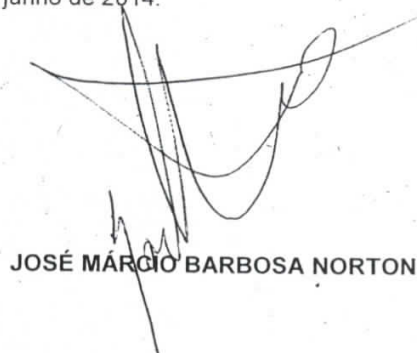




OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 06 de junho de 2014.

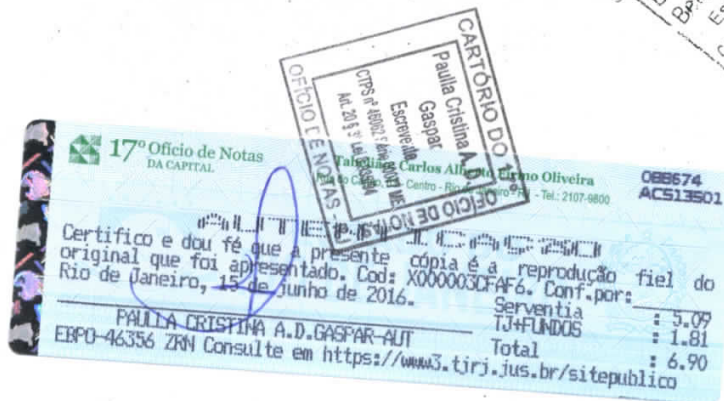
  
MARCELO DAVOLI LOPES

  
JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira  
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, Tel: 2107-9800  
Reconheço por semelhança as firmas de: MARCELO DAVOLI LOPES e JOSÉ  
MÁRCIO BARBOSA NORTON (X000000A71AB)  
Rio de Janeiro, 10 de junho de 2014. Conf. por:  
Em testemunho da verdade. Serventia = 8,40  
36% I.P.FUNDOS = 3,00  
Total = 11,40

Bruno Rodrigo Belem Gaspar - Aut.  
EAGM-29273 BNL, EAGM-29274 GLP  
Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

CARTÓRIO DO 1º  
Bruno Rodrigo  
Belem Gaspar  
Escrevente  
CADPRO nº 04.04781  
At 2013.1.1a.83354  
OFÍCIO DE NOTAS - F





**17º Office de Notas**  
DA CAPITAL

Certifico e dou fé que a presente original que foi apresentado. Rio de Janeiro, 13 de junho de 2016.

PAULA CRISTINA A.D. GASPAR-AUT  
RTO-Gensul te em <https://www3.tjri.jus.br/sitepublico>

**CARTÓRIO DO 17º**  
Paula Cristina A.D. Gaspar-AUT  
RTO-Gensul te em 13/06/2016

reprodução  
AFD. Cont. por: fiel do  
serventia  
TJ-FUNDUS  
Total  
3.09  
1.81  
6.90

CEB574  
ACS13508







17º Ofício de Notas  
BACAPITAL

Certifico e dou fé que a original que foi apresentado, foi autêntica e fiel ao original, em 13 de junho de 2016.

PAULA CRISTINA A.D. GASPAL  
Rio de Janeiro, RJ

PAULA CRISTINA A.D. GASPAL  
Rio de Janeiro, RJ - Tel: 2107-8800

026574  
A151505

Reprodução fiel do  
serviço  
Total : 5,09  
: 1,81  
: 6,90

ERRO-46361 LIT Consulte em <https://www3.tirj.jus.br/sitrepublco>



[illegible][illegible]

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS  
COMPANHIA ESTADUAL DE AGUAS E ESGOTOS - CEDAE  
CNPJ N° 33 352 394/0001-04  
JUCERJANIRE N° 33.3.000.8797-4

ATA DA 605ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA  
CEDAE[illegible]

de Relações com Investidores e de Membro do Conselho de Administração da CEDAE por motivos de ordem profissional, agradecendo a esta entidade que lhe foi concedida. O Senhor Presidente do Conselho de Administração da CEDAE, Sr. Renato Prates Rodrigues, agradeceu a presença do Sr. Renato Prates Rodrigues e a grande colaboração à administração desta Companhia; este voto foi unânime e os presentes (06) ELEIÇÃO DE DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES E DE NOMEAÇÃO DE MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO O Conselho de Administração do Conselho de Administração indicou o Senhor Heitor Cabral Moreira para os cargos de Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores e de Membro do Conselho de Administração, visando sua atuação no âmbito do mandato de seu antecessor, Senhor Renato Prates Rodrigues. O Conselho de Administração aprova a indicação, conforme estabelece a Alínea "c" do Artigo 7.º do Estatuto Social da Companhia. O Conselho de Administração resolve eleger como Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores - DFI o Senhor Heitor Cabral Moreira, brasileiro, solteiro, Engenheiro, portador da Carteira de Identidade nº 1.000.000-0, RG nº 1.112.860-91, residente e domiciliado na Rua Alexander, nº 23, Jd. Santa Helena, da Tijuca, Rio de Janeiro - RJ, para substituir e complementar o mandato de seu antecessor, Senhor Renato Prates Rodrigues, a partir de 15.05.2015. Por conseguinte, o Conselho de Administração com base no disposto no Artigo 35.º do Estatuto Social da Companhia resolve, ainda, "ad referendum" do Conselho de Administração aprovar por unanimidade, a nomeação do Senhor Heitor Cabral Moreira, como Membro deste Colegiado que será eleito na próxima Assembleia Geral Extraordinária para substituir e complementar o mandato de seu antecessor, Senhor Renato Prates Rodrigues. 4.º REMUNERAÇÃO - A remuneração do Diretor Administrativo-Financeiro do Conselho de Administração da CEDAE é estabelecida de acordo com o previsto nos Artigos 35 e 36 do Estatuto Social da CEDAE. 5.º NOMEAÇÃO DE AGE - Dando prosseguimento, o Conselho de Administração resolve aprovar a nomeação de Membro do Conselho da Super Sociedade da Companhia, a partir do dia 15 de junho, às 16h, para a Assembleia Geral Extraordinária da Super Sociedade da Companhia. Ações da CEDAE, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: Em Assembleia Geral Extraordinária I Eleição do Membro do Conselho de Administração e fixação de sua remuneração II Aprovação do Alteração do Estatuto Social III Administração da Companhia IV Nomeação de Membro do Conselho de Administração V Nomeação de Membro do Conselho de Administração para a divulgação e a publicação do Edital de Convocação VI ASSUNTOS GERAIS - REGIMENTO INTERNO - O Conselho de Administração resolve aprovar que sejam realizados ajustes na Tabela de Remuneração dos Administradores, bem como na estrutura organizacional da Companhia, para adequação ao Regimento Interno da AFCDP e as devidas alterações no Regimento Interno da CEDAE, com validade a partir de 01/05/2015. E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião, mandando que se lave a presença dos senhores e que após lida a aprovação, é assinada pelos Senhores Conselheiros e o Senhor Presidente, a presente Ata, designada para ser arquivada nos Registros do Conselho de Administração, designada para ser arquivada nas Atas e Escpos - CEDAE, Rio de Janeiro, 14 de maio de 2015.

de 2015

- 1 Leonardo da Cunha e Silva Espindola Dias - Presidente
- 2 Jorge Luiz Ferreira Brand - Vice-Presidente
- 3 Renato Prates Rodrigues - Membro
- 4 Aristides Maria Ricci Corbellini - Membro
- 5 Rodrigo Tostes Sclon de Pontes - Membro
- 6 Icaro Moreno Junior - Membro
- 7 Paulo Cezar Saldanha da Gama Ripper Nogueira - Membro
- 8 Cristiane Batista de Souza - Secretária

O extrato deste Ata foi registrado na JUCERJIA sob nº 00002769802  
na data 03/06/2015

Id: 185346

Quatro Por Quatro Empreendimentos e Participações

[illegible]

SEGURO LÍDER DOS CONSÓRCIOS

**DO SEGURO ODPVAT S.A.**  
CNPJ/MF nº 09.248.600/0001-04 - NIRE 33.6026474/6  
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2015. Data, Hora e Local: Assaí  
Realização: 25 de março de 2015, às 14h30, no salão nobre da  
sede social da Companhia na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio  
de Janeiro. Convocação: Na ordem do Conselho de Administração for  
mente convocados por correio eletrônico enviado em 18 de março de  
2015, a Presença: Presentes os Conselheiros LUIZ TAVARES PEREIRA FI-  
LHO, BERNARDO DICKMANN, DANIELA DE OLIVEIRA MACHADO, ALEXAN-  
DRE JOÃO GILBERTO POSSIDE JORGE, DE SOUZA ANDRADE, MARCELO GON-  
CALVES, MUCIO NOBES DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI, RICARDO JOSÉ IGLESIAS  
FLORENTINO, ROSALENE TECHINA SALGADO e WADY JOSÉ MOURA DUQUE PRE-  
ZOTTI. Ausente: DANIELA DE OLIVEIRA MACHADO, por falta de compare-  
cimento, por força da presença do Suplente RAYANE DE OLIVEIRA MADRUGA, que

[illegible]

EDIFÍCIO ODEBRECHT RJ S.A.  
CNPJ/ME nº 19.432.175/0001-40 - NIRE 3330031007-0

[illegible]



**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS  
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2015**

**DATA, HORA E LOCAL:** Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de setembro de 2015, às 16:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado Rio de Janeiro.

**CONVOCAÇÃO:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 14 de setembro de 2015.

**PRESENÇA:** Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Rosana Techima Salsano, Bernardo Dieckmann, Celso Damadi, Francisco Alves de Souza, Hélio Hiroshi Kinoshita, Jabis de Mendonça Alexandre, João Gilberto Possiede, Jorge de Souza Andrade, Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Ricardo José Iglesias Teixeira, Roberto Barroso e Valeria Camacho Martins Schmitke. Presentes ainda os conselheiros Antonio Carlos de Oliveira Carneiro, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Jorge Carvalho e Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da presença dos respectivos conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias constantes da ordem do dia. Presentes, na condição de convidados, Ricardo de Sá Acatauassú Xavier, Marcelo Davoli Lopes, Carlos André Guerra Barreiros, Claudio Mendes Ladeira e Marcus Vinícius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente, Diretor Jurídico, Diretor de Relações Institucionais, Diretor de Operações e Diretor de Infraestrutura da Companhia.

**MESA DE TRABALHO:** Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faoro.

**ORDEM DO DIA:** (i) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (ii) Rerratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (iii) Assuntos Gerais.

**DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade: (i) Reeleger **RICARDO DE SÁ ACATAUASSÚ XAVIER**, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade nº: 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como Diretor-Presidente da Companhia; **CARLOS ANDRÉ GUERRA BARREIROS**, brasileiro, casado, securitário, titular do documento de identidade nº 55.625.648-7, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 832.349.187-91, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como Diretor sem designação específica da Companhia, como Diretor sem designação específica; **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº. 019842307-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, securitário, titular do documento de identidade nº 06766244-5, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 912.422.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e **MARCUS VINÍCIUS CATALDO DE FELIPPE**, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade nº. M-1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº. 521.462.436-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2015 até o dia 11 de outubro de 2016, permanecendo no cargo até a investidura dos seus sucessores. Os

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas

Página 1 de 3





17º Ofício de Notariado  
DA CAPITAL

**PAULA CRISTINA A.D. GESPKE-ALT**  
Rio de Janeiro, 15 de Junho de 2016

Original que foi apresentado  
Certifico e dou fé que este documento é a reprodução fiel do  
original que foi apresentado. Conf. por: 3.09  
serviço 1.81  
TAFUNDOS 6.90  
Total

PAULA CRISTINA A.D. GESPKE-ALT  
ERPO-46360 DIF-Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

**PAULA CRISTINA A.D. GESPKE-ALT**  
Escritório: Rua Alberto Firmo Oliveira, 63 - Centro, Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 2107-8800

**026674**  
**AC51505**



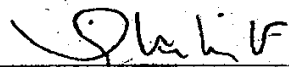
Diretores ora eleitos declaram que não estão incursos em nenhum crime que o impeçam de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem inabilitados para tanto, nos termos da lei. Os Diretores eleitos declaram, por fim, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes da Resolução no. 136/2005 do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP. A remuneração dos membros da Diretoria Executiva observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 25 de março de 2015; (ii) Reratificar as designações específicas atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, da seguinte forma: (a) Marcus Vinicius Cataldo de Felipe: diretor responsável administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) Carlos André Guerra Barreiros: diretor responsável pelas relações com a SUSEP; (c) Marcelo Davoli Lopes: diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12), e diretor responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 311/14) e diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes. Os membros do Conselho de Administração não atribuíram a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP nº 143/05 uma vez que a Companhia não emite apólices, endossos e/ou realiza operações de cosseguro. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos gerais.

**VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria Executiva ora reeleitos declaram estar cientes de que as deliberações havidas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

**ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2015

**MESA DE TRABALHO:**



Luiz Tavares Pereira Filho  
Presidente

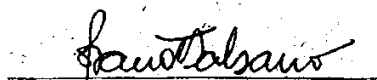


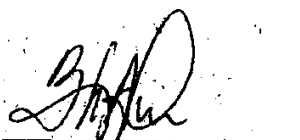
André Leal Faoro  
Secretário

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas  
Página 2 de 3

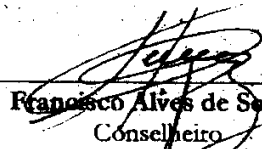


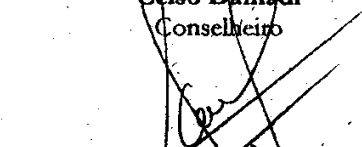


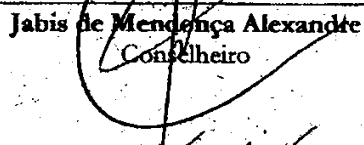
  
Rosana Techima Salsano  
Conselheira Vice-Presidente

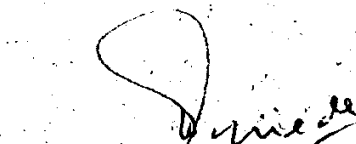
  
Bernardo Dieckmann  
Conselheiro

  
Celso Damadi  
Conselheiro

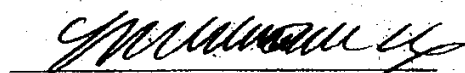
  
Francisco Alves de Souza  
Conselheiro


  
Hélio Hiroshi Kinoshita  
Conselheiro


  
Jabis de Mendonça Alexandre  
Conselheiro

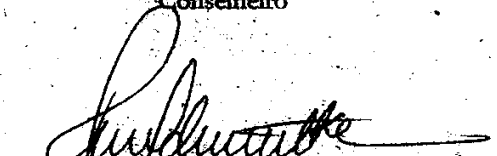
  
João Gilberto Possiede  
Conselheiro

  
Jorge de Souza Andrade  
Conselheiro

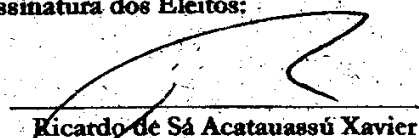
  
Múcio Novaes de Albuquerque  
Cavalcanti  
Conselheiro

  
Ricardo José Iglesias Teixeira  
Conselheiro

  
Roberto Barroso  
Conselheiro

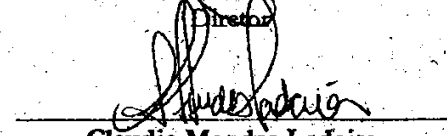
  
Valeria Camacho Martins Schmitke  
Conselheira

Assinatura dos Eleitos:

  
Ricardo de Sá Acatauassú Xavier  
Diretor Presidente

  
Carlos André Guerra Barreiros  
Diretor

  
Marcelo Davoli Lopes  
Diretor

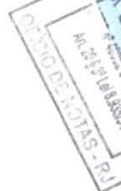
  
Claudio Mendes Ladeira  
Diretor

  
Marcus Vinicius Cataldo de Felipe  
Diretor

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas  
Página 3 de 3







[illegible]

ASSINATURAS SEMESTRAIS DO DIÁRIO OFICIAL

1) SOMENTE PARA OS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO E NITEROI  
OBS: As estruturas com desconto somente serão concedidas para o setor público (Federal, Estadual, Municipal), mediante apresentação do último comprovante de pagamento de IPTU.  
A Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro não dispõe de pessoas autorizadas para receber exemplares. Essas estruturas poderão ser solicitadas em nossas agências ou nas Agências credenciadas do Banco ITAU. Cópias de exemplares arquivados poderão ser solicitadas a sua Professor Maria Carmilho nº81, Centro, Niterói, RJ 24.090-000.

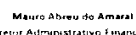
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Rua 1.ª de Junho, 111 -  
Carmo nº 81, Centro - Niterói, RJ - CEP 24.030-730. Tel. (0xx21) 272-4111 FAX  
Fax (0xx21) 272-4248

[www.imprensaoficial.rj.gov.br](http://www.imprensaoficial.rj.gov.br)

Estado do Rio de Janeiro: Tel.: 0800-2844675 das 9h às 18h.

[www.imprensaoficial.rj.gov.br](http://www.imprensaoficial.rj.gov.br)

Serviço de Atendimento ao Cliente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro: Tel.: 0800-2844675 das 08h às 18h.





Número do documento: 19120611080474500000025919954

[illegible]



17º Ofício de Notas  
DIA CAPITAL

Taboalão Carlos Alberto Firmo Oliveira  
Rua da Gramma 57, Centro, Pôrto Alegre - RJ - Tel.: 2107-8833

Paula Cristina

Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução fiel do original que foi apresentado para fins de autenticação.

Rio de Janeiro, 23 de Junho de 2019.

PAULA CRISTINA A.D. EXATIDÃO DE NOTAS - FUNDOS

ERQ-46364 FUI CONSULTA em <https://www3.tjri.jus.br/sitpublico>

reprodução fiel do	5.07
reprodução	1.81
Total	6.90

088674  
AC51809



[illegible][illegible]

CIA MENTAL E DEPENDÊNCIA QUÍMICA. ATENDIMENTO ESPECIALIZADO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU DÚBIDA MENTAL, DISTÚRBIOS PSIQUICOS E PROBLEMAS CAUSADOS POR USO DE DROGAS. ALÉM DE INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE 100 LITROS DE INSTALAÇÃO, INCLUINDO ALIMENTAÇÃO, SUPLENIMENTO, ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO E CURADOS MEDICINA CAMPIRAL SOCIAL. R\$ 450.000,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA MIL REAIS) - DE: ESTRADA UNIV. 14.740, POSESSA, PIETROPOLIS - RJ, CEP. 25.770-480. Pietropolis-RJ, 02/12/2011.

HYDRATE COMBIMHO E TECNOLÓGIA LTDA LPP  
CNPJ Nº 04.209.430/0001.26  
CONVOCAÇÃO (ART. 1152 E 1º E 3º DO CÓD. CIVIL) Nesta  
data convocamos o Sr. Raul Carlos Rodrigues de Oliveira, para com-  
parecer no dia 27/01/2012 e no dia 27/01/2012, em 1ª ou 2ª con-  
vocações, para tomar ciência de (relatório do processo) e (relatório do  
fluido) Banho de Mar da Empresa Hydrate Comercio e Tecnologia Ltda  
LPP, com sede na Rua: 15 de Novembro nº 166, bloco A, con-  
teiner 10, bairro: São José, cidade: São Mateus, Estado do Espírito  
Santo, CEP: 27.775-050, por motivo de força maior, a pedido do  
encarregado em Batimento Medico: HJ, 13012/011, Angélio Roberto  
da CRCHJ 018.3800-7. CPM nº 32.446.517/77

CASTELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.  
CNPJ: 33.221.649/0001-91  
AVISO - Arham se a disposição dos Senhores Administradores, por meio  
social na Avenida Nelo Peçanha 50 sala 1417, um documento, a qual  
se refere o artigo 133 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Rua  
de Janeiro, 11 de janeiro de 2012. A Diretoria

Companhia Aberta  
CNPJ nº 33.922.515/0001-54

**FATO RELEVANTE:** A Vale S.A. (Vale) informou que está dedicando toda a força (FM) em uma série de contratos de minério de ferro a partir de hoje, 11 de janeiro de 2012. Estávamos atuando em reuniões com os clientes conforme os termos dos respectivos contratos. Em acordo com o artigo 3º, § 4º, da Instrução CVM nº 350, não há necessidade encerrar a divulgação em sua versão preliminar, em razão de não se tratar de fato relevante da Vale. Os seguintes fatos não são relevantes para a Vale S.A. de janeiro de 2012, até 10 de janeiro de 2012.

Martins - Diretor Executivo de Relações com Investidores.

PETROBRAS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO  
REQUERIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO  
02.709.449/0011.20

**PETROBRAS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO** inicia pública que-  
rrença ao Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a Empresa de  
Operação para operar o Duto de Transferência de Água (DTA) sit-  
uado no Terminal de Cabunas e a Estação de Barra da Lagoa, pa-  
sando aproximadamente 70 km de extensão, capacidade de transpor-  
te com uma vazão de 150m³/h, com diâmetro de 8" em 29 de De-  
zembro de 2011. Rodovia Amaral Peixoto km 188 - Macaé/RJ. Pro-  
cesso E-07/51246/12011

PETROLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
CNPJ 33.000.167/0001-01  
OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS

**PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS** torna público que recebeu do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a Cópia do Ato de INFLUÊNCIA DO USO DE RECURSOS HÍDRICOS OUTROR, datado e assinado em validade até 28 de março de 2013, que a Autorização de Uso de Água de Água Bruta em 4 (quatro) pontos do Rio Caruru com a finalidade de outros usos ( compactação e umedecimento do solo ) em Reserva Florestal, localizada no Vale de Grammaira, na Fazenda Maucatu, entre os municípios de Maucatu e Cararu, Posto das Caixas, município de Itaipava.

**CAPTAÇÃO:** Tetraplanagem COMPERJ, Corpo Hódor, Rio Carabira. Vazão máxima us: 350 m³/m²; Vazão mínima instalada: 300 m³/m²; Tempo: 16,00 min; Período de captação: 30 dias/mês; Vazão mensal: 24.000 m³/m². Coordenadas geográficas: Lat: 22° 43' 21,285" e Long: 42° 50' 36,705".

**CAPTAÇÃO:** EAF, Costa Indígena, Rio Carabira. Vazão máxima us: 350 m³/m²; Vazão mínima instalada: 300 m³/m²; Tempo: 16,00 min; Período de captação: 30 dias/mês; Vazão mensal: 14.400 m³/m². Coordenadas geográficas: Lat: 22° 40' 49,765" e Long: 42° 51' 51,438".

**CAPTAÇÃO:** EAF, Costa Indígena, Rio Carabira. Vazão máxima us: 350 m³/m²; Vazão mínima instalada: 300 m³/m²; Tempo: 16,00 min; Período de captação: 30 dias/mês; Vazão mensal: 14.400 m³/m². Coordenadas geográficas: Lat: 22° 42' 46,126" e Long: 42° 52' 11,831".

**CAPTAÇÃO:** EAF, Corpo Hódor, Rio Carabira. Vazão máxima us: 350 m³/m²; Vazão mínima instalada: 300 m³/m²; Tempo: 16,00 min; Período de captação: 30 dias/mês; Vazão mensal: 14.400 m³/m². Coordenadas geográficas: Lat: 22° 41' 20,899" e Long: 42° 55' 24,819".

**RECOMENDADO:** Vazão máxima: duas vezes a vazão instalada e de 300 m³/m².

**Processo Nº:** E-07/10/2003/2008

**BR PETROBRAS**  
Companhia Aberta  
CNPJ/MF nº 33.000.167/8001-01  
NIRE nº 33300032061

\*EDITAL DE CONVOCAÇÃO\*

[illegible]

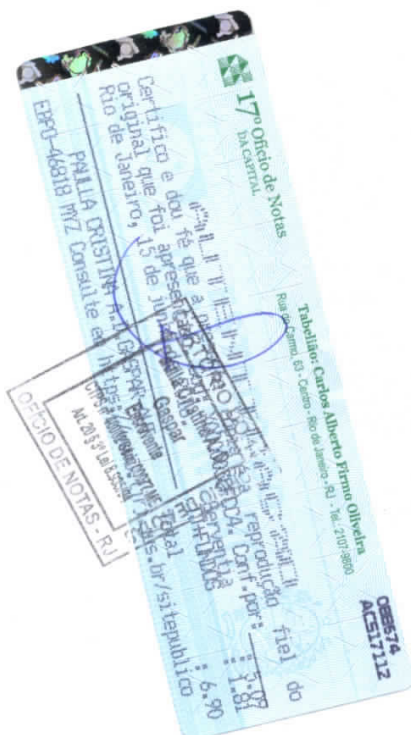
## Avisos, Editais e Termos

## Associacões, Sociedades e Firmas

CLINICA ESTRELLA LTDA  
SOCIEDADE SIMPLES EM CONSTITUICAO

(SUMO) CONJUNTO SOCIAL SÓCIBUS JOAO GUILHERME FIDUA  
ODRIPES ESTRELLA (CPF 154.737.987/72), FRINFA SOUZA  
NANDIO (CPF 504.535.917/41), JOÃO PAULO LYRA DA SILVA  
CPF 104.127.537-91) E FLAVIO GOMES FILHO (CPF 407.775.857-  
7) GEIETO: ATRIBUÍDO DE 15-10-1991 (15/10/1991).





ESTABLISHED BY THE  
FEDERAL BUREAU OF INVESTIGATION  
2014 RELEASE UNDER E.O. 14176

## DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## S E M A R I O

Atas, Cartões e Demonstrações  
Assinadas, Endossadas e Firmadas.

Avisos, Ediais e Termos  
Associações Sindicaes  
Letras de Gratificação

Os dados necessários à formulação da presente Ata, por tempo de letra e aprovação, foi devidamente assinada, pela totalidade dos membros, presentes e pelos delegados, na mesa que a presidência ocupava, durante a sessão, e a assinatura dos delegados, encontra-se anexa. São Paulo, 10 de Maio de 1984, às 17,30h, em 1102/1015. Homensagem 1.5. São Paulo, 10/05/84. [www.sociedade.com](http://www.sociedade.com)

SANF9 BRASIL AGROINDUSTRIAL S/A

[illegible]

## LINHARES BRASIL ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.

Ata de Reunião do Conselho de Administração Data, Hora e Local:  
Em 09 de janeiro de 2015, às 18h30, na sede social da Companhia,  
Rua Voluntários da Pátria nº 126, sala 501, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ.  
Convocação e Presença: Dispensada a convocação por: presença

## FERNANDES ARAUJO ADMINISTRAÇÃO DE INVESTIMENTOS E...

ATA SÚMULA DO 1.º CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO DE FARMACIAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, EXTRAORDINÁRIO, REALIZADO EM 14 DE ABRIL DE 1974, ÀS 10 H, NA SALA DE ATOS, Nº 6445, Nº 1401, Nº 1402, QUANTO ÀS QUESTÕES ADMINISTRATIVAS REPRESENTADAS PELO TÍTULO DA CAPITAL SOCIAL, CONFORME RESOLUÇÃO Nº 100/74, EM SEUS ARTOS 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10.º, 11.º, 12.º, 13.º, 14.º, 15.º, 16.º, 17.º, 18.º, 19.º, 20.º, 21.º, 22.º, 23.º, 24.º, 25.º, 26.º, 27.º, 28.º, 29.º, 30.º, 31.º, 32.º, 33.º, 34.º, 35.º, 36.º, 37.º, 38.º, 39.º, 40.º, 41.º, 42.º, 43.º, 44.º, 45.º, 46.º, 47.º, 48.º, 49.º, 50.º, 51.º, 52.º, 53.º, 54.º, 55.º, 56.º, 57.º, 58.º, 59.º, 60.º, 61.º, 62.º, 63.º, 64.º, 65.º, 66.º, 67.º, 68.º, 69.º, 70.º, 71.º, 72.º, 73.º, 74.º, 75.º, 76.º, 77.º, 78.º, 79.º, 80.º, 81.º, 82.º, 83.º, 84.º, 85.º, 86.º, 87.º, 88.º, 89.º, 90.º, 91.º, 92.º, 93.º, 94.º, 95.º, 96.º, 97.º, 98.º, 99.º, 100.º, 101.º, 102.º, 103.º, 104.º, 105.º, 106.º, 107.º, 108.º, 109.º, 110.º, 111.º, 112.º, 113.º, 114.º, 115.º, 116.º, 117.º, 118.º, 119.º, 120.º, 121.º, 122.º, 123.º, 124.º, 125.º, 126.º, 127.º, 128.º, 129.º, 130.º, 131.º, 132.º, 133.º, 134.º, 135.º, 136.º, 137.º, 138.º, 139.º, 140.º, 141.º, 142.º, 143.º, 144.º, 145.º, 146.º, 147.º, 148.º, 149.º, 150.º, 151.º, 152.º, 153.º, 154.º, 155.º, 156.º, 157.º, 158.º, 159.º, 160.º, 161.º, 162.º, 163.º, 164.º, 165.º, 166.º, 167.º, 168.º, 169.º, 170.º, 171.º, 172.º, 173.º, 174.º, 175.º, 176.º, 177.º, 178.º, 179.º, 180.º, 181.º, 182.º, 183.º, 184.º, 185.º, 186.º, 187.º, 188.º, 189.º, 190.º, 191.º, 192.º, 193.º, 194.º, 195.º, 196.º, 197.º, 198.º, 199.º, 200.º, 201.º, 202.º, 203.º, 204.º, 205.º, 206.º, 207.º, 208.º, 209.º, 210.º, 211.º, 212.º, 213.º, 214.º, 215.º, 216.º, 217.º, 218.º, 219.º, 220.º, 221.º, 222.º, 223.º, 224.º, 225.º, 226.º, 227.º, 228.º, 229.º, 230.º, 231.º, 232.º, 233.º, 234.º, 235.º, 236.º, 237.º, 238.º, 239.º, 240.º, 241.º, 242.º, 243.º, 244.º, 245.º, 246.º, 247.º, 248.º, 249.º, 250.º, 251.º, 252.º, 253.º, 254.º, 255.º, 256.º, 257.º, 258.º, 259.º, 260.º, 261.º, 262.º, 263.º, 264.º, 265.º, 266.º, 267.º, 268.º, 269.º, 270.º, 271.º, 272.º, 273.º, 274.º, 275.º, 276.º, 277.º, 278.º, 279.º, 280.º, 281.º, 282.º, 283.º, 284.º, 285.º, 286.º, 287.º, 288.º, 289.º, 290.º, 291.º, 292.º, 293.º, 294.º, 295.º, 296.º, 297.º, 298.º, 299.º, 300.º, 301.º, 302.º, 303.º, 304.º, 305.º, 306.º, 307.º, 308.º, 309.º, 310.º, 311.º, 312.º, 313.º, 314.º, 315.º, 316.º, 317.º, 318.º, 319.º, 320.º, 321.º, 322.º, 323.º, 324.º, 325.º, 326.º, 327.º, 328.º, 329.º, 330.º, 331.º, 332.º, 333.º, 334.º, 335.º, 336.º, 337.º, 338.º, 339.º, 340.º, 341.º, 342.º, 343.º, 344.º, 345.º, 346.º, 347.º, 348.º, 349.º, 350.º, 351.º, 352.º, 353.º, 354.º, 355.º, 356.º, 357.º, 358.º, 359.º, 360.º, 361.º, 362.º, 363.º, 364.º, 365.º, 366.º, 367.º, 368.º, 369.º, 370.º, 371.º, 372.º, 373.º, 374.º, 375.º, 376.º, 377.º, 378.º, 379.º, 380.º, 381.º, 382.º, 383.º, 384.º, 385.º, 386.º, 387.º, 388.º, 389.º, 390.º, 391.º, 392.º, 393.º, 394.º, 395.º, 396.º, 397.º, 398.º, 399.º, 400.º, 401.º, 402.º, 403.º, 404.º, 405.º, 406.º, 407.º, 408.º, 409.º, 410.º, 411.º, 412.º, 413.º, 414.º, 415.º, 416.º, 417.º, 418.º, 419.º, 420.º, 421.º, 422.º, 423.º, 424.º, 425.º, 426.º, 427.º, 428.º, 429.º, 430.º, 431.º, 432.º, 433.º, 434.º, 435.º, 436.º, 437.º, 438.º, 439.º, 440.º, 441.º, 442.º, 443.º, 444.º, 445.º, 446.º, 447.º, 448.º, 449.º, 450.º, 451.º, 452.º, 453.º, 454.º, 455.º, 456.º, 457.º, 458.º, 459.º, 460.º, 461.º, 462.º, 463.º, 464.º, 465.º, 466.º, 467.º, 468.º, 469.º, 470.º, 471.º, 472.º, 473.º, 474.º, 475.º, 476.º, 477.º, 478.º, 479.º, 480.º, 481.º, 482.º, 483.º, 484.º, 485.º, 486.º, 487.º, 488.º, 489.º, 490.º, 491.º, 492.º, 493.º, 494.º, 495.º, 496.º, 497.º, 498.º, 499.º, 500.º, 501.º, 502.º, 503.º, 504.º, 505.º, 506.º, 507.º, 508.º, 509.º, 510.º, 511.º, 512.º, 513.º, 514.º, 515.º, 516.º, 517.º, 518.º, 519.º, 520.º, 521.º, 522.º, 523.º, 524.º, 525.º, 526.º, 527.º, 528.º, 529.º, 530.º, 531.º, 532.º, 533.º, 534.º, 535.º, 536.º, 537.º, 538.º, 539.º, 540.º, 541.º, 542.º, 543.º, 544.º, 545.º, 546.º, 547.º, 548.º, 549.º, 550.º, 551.º, 552.º, 553.º, 554.º, 555.º, 556.º, 557.º, 558.º, 559.º, 560.º, 561.º, 562.º, 563.º, 564.º, 565.º, 566.º, 567.º, 568.º, 569.º, 570.º, 571.º, 572.º, 573.º, 574.º, 575.º, 576.º, 577.º, 578.º, 579.º, 580.º, 581.º, 582

## AQUÁRIO AQUÁRIO MARINHO DO RIO DE JANEIRO S.A.

CNPJ/IME nº 16.824.745/0001-93 NºRE 33.020.392-2  
 Ats de AGE em 15/12/14 1. Data, Hora e Local As 15h do dia  
 15/12/14, na sede da Cia. Localizada no Av. Henrique Alves, nº 456,  
 179 431 433 e 435 Saúde RJ, 2. Convocação e Quórum de Ins-  
 tituição Representação e publicação de edital de convocação conforme  
 Sº do Art. 124 da Lei 6.402/76, tendo em vista a presença dos assis-  
 stentes representando a totalidade do capital social da Cia. 3. 4.  
 Mesa Placado para preside os trabalhos - Sr. Roberto Almeida  
 Tracemundo e para secretariado o Sr. Márcio Ferreira de Almeida. 4.

## NNA CAMPINAS PARTICIPAÇÕES S A

[illegible]

Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 06/12/2019 11:08:07  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19120611080474500000025919954>  
 Número do documento: 19120611080474500000025919954

Num. 26846688 - Pág. 23





## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PB 4246-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na 15477-OAB/PB, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

Rio de Janeiro, 08 de outubro de 2019.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90 Grupos 810/812, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**5ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0863508-74.2018.8.15.2001

**DESPACHO**

Vislumbra-se dos autos, que a ré devidamente citada (ID 22386624), deixou o prazo fluir sem oferecer contestação, conforme atestou o próprio sistema eletrônico, em 02.08.2019.

Da análise dos autos, conclui-se ser necessária a realização de prova pericial. Motivo pelo qual, nomeio o Dr. FELIPE SENNA a funcionar nos autos como perito judicial, independentemente de compromisso.

Com base no convênio firmado entre o e. TJPB e o consórcio das seguradoras, fixo os honorários do perito em R\$ 200,00.

INTIME-SE, PESSOALMENTE, a seguradora para recolher os honorários do especialista, em cinco dias úteis, em conta bancária a ser aberta em nome do perito, atrelada ao presente processo, junto ao Banco do Brasil, localizado no átrio deste Fórum.

Caso já tenha sido recolhida a verba honorária, então, fica sem efeito esta determinação.

Não efetivado o depósito, serão considerados verdadeiros, salvo prova documental em contrário, os fatos aduzidos na inicial, pertinentes às lesões e sequelas sofridas pelo autor.

Efetuada o depósito, então, intime-se o perito para protocolizar o processo, passando a ter o prazo de 90 dias para realizar os trabalhos periciais e a conclusão da respectiva perícia. Cabe ao perito indicar local, dia e hora para a realização da perícia, comunicando a este juízo com antecedência de 30 dias para possibilitar a notificação das partes, advogados e assistentes. *Observe-se que a intimação da parte autora deve ocorrer pessoalmente, por mandado.*

Intimem-se as partes para no prazo de 05 dias úteis apresentarem os quesitos. *Caso já tenham apresentado, ficará sem efeito esta determinação.*



Após a entrega do laudo pericial, expeça-se o alvará em favor do perito, referente aos honorários já depositados, intimando-se as partes para falar sobre o laudo pericial em 05 (cinco) dias úteis.

P.I.C.

JOÃO PESSOA, 7 de maio de 2020.

Juiz(a) de Direito



EM ANEXO





**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA/PB**

**Processo:** 08635087420188152001

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FABIO FERNANDES DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho proferido por este Juízo, apresentar os seus quesitos.

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

7 - Considerando que a tabela inserida à Lei 11.945/09 em três casos faz distinção quando a vítima é acometida por lesão em ambos os membros, seria possível o Sr. Perito indicar adequadamente a média da lesão sofrida nos termos da tabela? Em caso positivo qual seria a gradação (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%)?

- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior;

8 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br





**Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.**

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

JOAO PESSOA, 25 de maio de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PB 4246-A**

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477 - OAB/PB**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



EM ANEXO





Banco do Brasil

			Nº DA CONTA JUDICIAL						
			2000131077241						
Nº DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO		AGÊNCIA (PREF / DV)					
0		29/05/2020		1618					
DATA DA GUIA		Nº DA GUIA		TIPO DE JUSTIÇA					
28/05/2020		2613192		ESTADUAL					
		Nº DO PROCESSO		TRIBUNAL					
		08635087420188152001		TRIBUNAL DE JUSTICA					
COMARCA		ORGÃO/VARA		DEPOSITANTE					
JOAO PESSOA		5 VARA CIVEL		RÉU					
				VALOR DO DEPÓSITO (R\$)					
				200,00					
NOME DO RÉU/IMPETRADO				TIPO DE PESSOA					
				Juridico					
				CPF / CNPJ					
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE				TIPO DE PESSOA					
FABIO FERNANDES DA SILVA				Fisica					
				CPF / CNPJ					
				23811730487					
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA									
E79BE423F16EAF51									
CÓDIGO DE BARRAS									





Banco do Brasil

			Nº DA CONTA JUDICIAL						
			2000131077241						
Nº DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO		AGÊNCIA (PREF / DV)					
0		29/05/2020		1618					
DATA DA GUIA		Nº DA GUIA		TIPO DE JUSTIÇA					
28/05/2020		2613192		ESTADUAL					
		Nº DO PROCESSO		TRIBUNAL					
		08635087420188152001		TRIBUNAL DE JUSTICA					
COMARCA		ORGÃO/VARA		DEPOSITANTE					
JOAO PESSOA		5 VARA CIVEL		RÉU					
				VALOR DO DEPÓSITO (R\$)					
				200,00					
NOME DO RÉU/IMPETRADO				TIPO DE PESSOA					
				Juridico					
				CPF / CNPJ					
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE				TIPO DE PESSOA					
FABIO FERNANDES DA SILVA				Fisica					
				CPF / CNPJ					
				23811730487					
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA									
E79BE423F16EAF51									
CÓDIGO DE BARRAS									





**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA/PB**

**Processo:** 08635087420188152001

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FABIO FERNANDES DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,  
Pede Juntada.

JOAO PESSOA, 2 de junho de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
OAB/PB 4246-A

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
15477 - OAB/PB









5ª Vara Cível da Capital  
AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520  
JOÃO PESSOA  
( )

Nº do processo: 0863508-74.2018.8.15.2001

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto(s): [Seguro]

### **MANDADO DE INTIMAÇÃO DE TERCEIROS**

O MM. Juiz de Direito da 5ª Vara Cível da Capital manda ao oficial de justiça que em cumprimento a este, intime a parte DR. FELIPE TAVARES SENA, , podendo ser localizada no endereço  
AV PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA, 2491, - DE 1743 A 3007 - LADO ÍMPAR, ESTADOS, JOÃO PESSOA - PB - CI

para os termos do despacho abaixo:

Vislumbra-se dos autos, que a ré devidamente citada (ID 22386624), deixou o prazo fluir sem oferecer contestação, conforme atestou o próprio sistema eletrônico, em 02.08.2019.

Da análise dos autos, conclui-se ser necessária a realização de prova pericial. Motivo pelo qual, nomeio o Dr. FELIPE SENNA a funcionar nos autos como perito judicial, independentemente de compromisso.

Com base no convênio firmado entre o e. TJPB e o consórcio das seguradoras, fixo os honorários do perito em R\$ 200,00.

INTIME-SE, PESSOALMENTE, a seguradora para recolher os honorários do especialista, em cinco dias úteis, em conta bancária a ser aberta em nome do perito, atrelada ao presente processo, junto ao Banco do Brasil, localizado no átrio deste Fórum.

Caso já tenha sido recolhida a verba honorária, então, fica sem efeito esta determinação.

Não efetivado o depósito, serão considerados verdadeiros, salvo prova documental em contrário, os fatos aduzidos na inicial, pertinentes às lesões e sequelas sofridas pelo autor.



Efetuada o depósito, então, intime-se o perito para protocolizar o processo, passando a ter o prazo de 90 dias para realizar os trabalhos periciais e a conclusão da respectiva perícia. Cabe ao perito indicar local, dia e hora para a realização da perícia, comunicando a este juízo com antecedência de 30 dias para possibilitar a notificação das partes, advogados e assistentes. *Observe-se que a intimação da parte autora deve ocorrer pessoalmente, por mandado.*

Intimem-se as partes para no prazo de 05 dias úteis apresentarem os quesitos. *Caso já tenham apresentado, ficará sem efeito esta determinação.*

Após a entrega do laudo pericial, expeça-se o alvará em favor do perito, referente aos honorários já depositados, intimando-se as partes para falar sobre o laudo pericial em 05 (cinco) dias úteis.

P.I.C.

JOÃO PESSOA, em 19 de junho de 2020.

De ordem, KENIA SIMOES DANTAS BARBOSA

Mat.



## CERTIDÃO

Certifico que dei inteiro cumprimento ao presente mandado/ofício conforme ciente exarado no mesmo. Segue abaixo a comprovação. Dou fé.

21/08/2020

Tribunal de Justiça da Paraíba  
5ª Vara Cível da Capital  
AV JOÃO MACHADO, S/N. - apt 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520  
JOÃO PESSOA  
( )

Nº do processo: 0803508-74.2018.8.15.2001  
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
Assistente: [Seguro]

01/30/20  
Felipe Tavares Senna  
Ortopedia e Traumatologia  
433005349  
CRM 53492B

**MANDADO DE INTIMAÇÃO DE TERCEIROS**

O MM. Juiz de Direito da 5ª Vara Cível da Capital manda ao oficial de justiça que em cumprimento a este, intime a parte DR. FELIPE TAVARES SENNA, podendo ser localizada no endereço  
AV PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA, 2431 - DE 1743 A 3007 - LADO ÍMPAR, ESTADOS, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58030-002  
para os termos do despacho abaixo:

Vislumbra-se dos autos, que a ré devidamente citada (ID 22386624), deixou o prazo fluir sem oferecer contestação, conforme atestou o próprio sistema eletrônico, em 02.08.2019.

Da análise dos autos, conclui-se ser necessária a realização de prova pericial. Motivo pelo qual, nomeio o Dr. FELIPE SENNA a funcionar nos autos como perito judicial, independentemente de compromisso.

Com base no convênio firmado entre o e. TJPB e o consórcio das seguradoras, fixo os honorários do perito em R\$ 200,00.

INTIME-SE, PESSOALMENTE, a seguradora para recolher os honorários do especialista, em cinco dias úteis, em conta bancária a ser aberta em nome do perito, atrelada ao presente processo, junto ao Banco do Brasil, localizado no átrio deste Fórum.

Caso já tenha sido recolhida a verba honorária, então, fica sem efeito esta determinação.

Não efetivado o depósito, serão considerados verdadeiros, salvo prova documental em contrário, os fatos aduzidos na inicial, pertinentes às lesões e sequelas sofridas pelo autor.

Efetuada o depósito, então, intime-se o perito para protocolizar o processo, passando a ter o prazo de 90 dias para realizar os trabalhos periciais e a conclusão da respectiva perícia. Cabe ao perito indicar local, dia e hora para a realização da perícia, comunicando a este juízo com antecedência de 30 dias para possibilitar a notificação das partes, advogados e assistentes. *Observe-se que a intimação da parte autora deve ocorrer pessoalmente, por mandado.*

Intimem-se as partes para no prazo de 05 dias úteis apresentarem os quesitos. Caso já tenham apresentados, ficará sem efeito esta determinação.

Após a entrega do laudo pericial, espere-se o alvará em favor do perito, referente aos honorários já depositados, intimando-se as partes para falar sobre o laudo pericial em 05 (cinco) dias úteis.

P.L.C.

JOÃO PESSOA, em 19 de junho de 2020.

De ordem, KENIA SIMÕES DANTAS BARBOSA

Ma.

Assinado eletronicamente por: KENIA SIMÕES DANTAS BARBOSA  
19/06/2020 09:08:28  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>  
ID do documento: 31695463

Imprimir

20061900081977400000030391619

[https://pje.tjpb.jus.br/pje/Painel/painel\\_usuario/documentoHTML\\_seam?conversationPropagation=none&idBin=30391619&idProcessoDoc=31695...](https://pje.tjpb.jus.br/pje/Painel/painel_usuario/documentoHTML_seam?conversationPropagation=none&idBin=30391619&idProcessoDoc=31695...) 3/3







Poder Judiciário da Paraíba  
5ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

---

Número do Processo: 0863508-74.2018.8.15.2001  
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
Assunto: [ Seguro ]  
Polo ativo: AUTOR: FABIO FERNANDES DA SILVA  
Polo passivo: REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

### CERTIDÃO

Certifico e dou fé QUE FOI DESIGNADA PERÍCIA PARA O DIA, HORA E LOCAL ABAIXO:

PROCESSO 0863508 74 2018 8 15 2001  
CLASSE PROCEDIMENTO COMUM CIVIL  
ASSUNTO SEGURO  
DATA 20/07/2021  
HORA 13:40  
LOCAL LOCALLOCAL Endereço: R. Mírian Barreto Rabelo, 591 - Bessa, João Pessoa - PB, 58036-690 Telefone: (83) 3578-3001  
OBS PROXIMO AO AEROCULUBE E O CIDADE VIVA

JOÃO PESSOA, 15 de junho de 2021  
KENIA SIMOES DANTAS BARBOSA



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA  
COMARCA DE JOÃO PESSOA**

**Juízo do(a) 5ª Vara Cível da Capital**

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

Tel.: ( ) ; e-mail:

Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.

**MANDADO DE INTIMAÇÃO DO PROMOVENTE PARA PERÍCIA**

**Nº DO PROCESSO: 0863508-74.2018.8.15.2001**

CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [Seguro]

**Justiça gratuita**

**AUTOR: FABIO FERNANDES DA SILVA**

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**Nome: FABIO FERNANDES DA SILVA**

**Endereço: R HONORATO SILVA, 200, (Lot Sta Terezinha), ALTO DO MATEUS, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58090-221**

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Dr(a). , MM Juiz(a) de Direito deste 5ª Vara Cível da Capital, manda ao Oficial de Justiça, a quem este for entregue, que, em cumprimento a este, proceda a **INTIMAÇÃO da parte AUTOR: FABIO FERNANDES DA SILVA, PARA COMPARECER À PERÍCIA DESIGNADA ABAIXO:**

PROCESSO 0863508 74 2018 8 15 2001

CLASSE PROCEDIMENTO COMUM CIVIL

ASSUNTO SEGURO

DATA 20/07/2021

HORA 13:40

LOCAL LOCALLOCAL **Endereço:** R. Mírian Barreto Rabelo, 591 - Bessa, João Pessoa - PB, 58036-690 **Telefone:** (83) 3578-3001

OBS PROXIMO AO AEROCUBE E O CIDADE VIVA

JOÃO PESSOA-PB, em 15 de junho de 2021

De ordem, KENIA SIMOES DANTAS BARBOSA  
Técnico Judiciário



## CERTIDÃO

Certifico que me dirigi ao endereço que no mandado consta, e lá estando e encontrando a residência de número 200 da Rua indicada fechada, liguei para o número de WhatsApp (83) 9137-4171, pertencente a parte promovente a qual informou que mora atualmente em uma residência que dá acesso a estrada que vai para a cidade do Recife; ocasião na qual enviei para o mesmo a cópia do mandado via WhatsApp. Certifico ainda que o mesmo possui outro número de celular, ou seja o número: 98780-7403. Assim sendo intimei a parte promovente FABIO FERNANDES DA SILVA, a qual recebeu a cópia do mandado. Seque anexo cópia do dialogo e do mandado enviado via WhatsApp. O referido é verdade e dou fé. João Pessoa, 29 de junho de 2021.

Francisco Nairton

Oficial de Justiça





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA**

**COMARCA DE JOÃO PESSOA**

**Juízo do(a) 5ª Vara Cível da Capital**

**AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520**

**Tel.: ( ) ; e-mail:**

**Telefone do Telejuiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581**



v.1.00

**MANDADO DE INTIMAÇÃO DO PROMOVENTE PARA PERÍCIA**

**Nº DO PROCESSO: 0863508-74.2018.8.15.2001**

**CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**

**ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [Seguro]**

**Justiça gratuita**

**AUTOR: FABIO FERNANDES DA SILVA**

**REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

**Nome: FABIO FERNANDES DA SILVA**

**Endereço: R HONORATO SILVA, 200, (Lot Sta Terezinha), ALTO DO MATEUS, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58090-221**

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Dr(a) , MM Juiz(a) de Direito deste 5ª Vara Cível da Capital, manda ao Oficial de Justiça, a quem este for entregue, que, em cumprimento a este, proceda a **INTIMAÇÃO** da parte **AUTOR: FABIO FERNANDES DA SILVA, PARA COMPARECER À PERÍCIA DESIGNADA ABAIXO:**

**PROCESSO 0863508 74 2018 8 15 2001**

**CLASSE PROCEDIMENTO COMUM CIVIL**

**ASSUNTO SEGURO**

**DATA 20/07/2021**

**HORA 13:40**

**LOCAL LOCALLOCAL Endereço: R. Mirian Barreto Rabelo, 591 - Bessa, João Pessoa - PB, 58036-690 Telefone: (83) 3578-3000**

**OBS PROXIMO AO AEROCULUBE E O CIDADE VIVA**

**JOÃO PESSOA-PB, em 15 de junho de 2021**

**De ordem, KENIA SIMOES DANTAS BARBOSA**  
**Técnico Judiciário**



**Assinado eletronicamente por: KENIA SIMOES DANTAS BARBOSA**

**15/06/2021 11:42:09**

**<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>**

**ID do documento: 44532226**



**21061511420914700000042334864**

**imprimir**



**Assinado eletronicamente por: FRANCISCO NAIRTON DAVID LUCENA - 29/06/2021 13:43:37**

**<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21062913433735200000042853080>**

**Número do documento: 21062913433735200000042853080**



Poder Judiciário da Paraíba  
5ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

---

Número do Processo: 0863508-74.2018.8.15.2001  
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
Assunto: [ Seguro ]  
Polo ativo: AUTOR: FABIO FERNANDES DA SILVA  
Polo passivo: REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

### CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, verifica-se que foi designado o dia 20/07/2021 para realização da perícia; onde todas as partes foram devidamente intimadas; todavia

não aportou nos autos Laudo Pericial. Assim, passo a intimar as partes para, EM 05 DIAS, informarem se houve ou não perícia.

JOÃO PESSOA, 17 de agosto de 2021  
KENIA SIMOES DANTAS BARBOSA





**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL  
DA CAPITAL – PB.**

Processo nº 0863508-74.2018.8.15.2001

**FÁBIO FERNANDES DA SILVA**, já devidamente qualificado nos autos do processo, vem,  
respeitosamente à presença de Vossa Excelência, em resposta ao despacho (ID nº 47232600 – Certidão):

O autor vem informar, após comunicado via telefone, que foi à perícia, porém,  
informaram que o perito não pôde comparecer e que iria ser agendado outro dia.

Requer, assim, que seja intimado o perito para informar nova data para ser realizada a  
perícia.

**Nestes Termos,**

**Pede e Espera deferimento.**

João Pessoa, 25 de agosto de 2021.



Thiago José Menezes Cardoso

Dibs Coutinho Rodrigues

Advogado OAB/PB 19496

Advogado OAB/PB 16.195

